



RELATÓRIOS DE ATIVIDADES E DE LIBERDADE DE IMPRENSA

AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2010

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS

RIO DE JANEIRO, 20 DE AGOSTO DE 2010

Índice

RELATÓRIO DE ATIVIDADES.....	4
I – CENÁRIO	5
II – ELEIÇÃO DO CONSELHO E DA DIRETORIA	8
III – DIRETRIZES.....	9
IV – O FUTURO DOS JORNAIS.....	10
V – 30 ANOS DA ANJ.....	11
VI – AUTORREGULAMENTAÇÃO.....	12
VII – SÓCIO HONORÁRIO	12
VIII – PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÃO.....	13
IX – EVENTOS, PREMIAÇÕES E ENCONTROS	14
X – NOVA SEDE	15
XI – COMITÊS DA ANJ	16
XII – ATIVIDADES DOS COMITÊS.....	18
1. Comitê de Associados	18
2. Comitê Editorial.....	19
3. Comitê de Gestão	21
4. Comitê Jurídico.....	22
5. Comitê de Liberdade de Expressão	24
6. Comitê Mercado Anunciante	26
7. Comitê Mercado Leitor	28
8. Comitê de Negócios Digitais.....	29
9. Comitê de Recursos Humanos	30
10. Comitê de Relações Governamentais	31
11. Comitê de Relações Internacionais	33
12. Comitê de Responsabilidade Social.....	35
13. Comitê de Tecnologia e Operações.....	36

RELATÓRIO DE LIBERDADE DE IMPRENSA.....	37
I – COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	38
1. Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas	38
2. Eventos relativos à Liberdade de Expressão registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ.....	39
3. Conferências Legislativas sobre Liberdade de Imprensa	42
II – DADOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	43



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2010

RIO DE JANEIRO, 20 DE AGOSTO DE 2010

I – CENÁRIO

Este Relatório de Atividades da Diretoria da Associação Nacional de Jornais (ANJ) cobre o período de agosto de 2008 a julho de 2010, em cumprimento ao estatuto da entidade. Quando a atual Diretoria assumiu, em agosto de 2008, a indústria jornalística brasileira estava no auge de um ano de resultados extraordinariamente positivos, contrariando o cenário observável nos países desenvolvidos de retração das mídias tradicionais, em particular dos jornais.

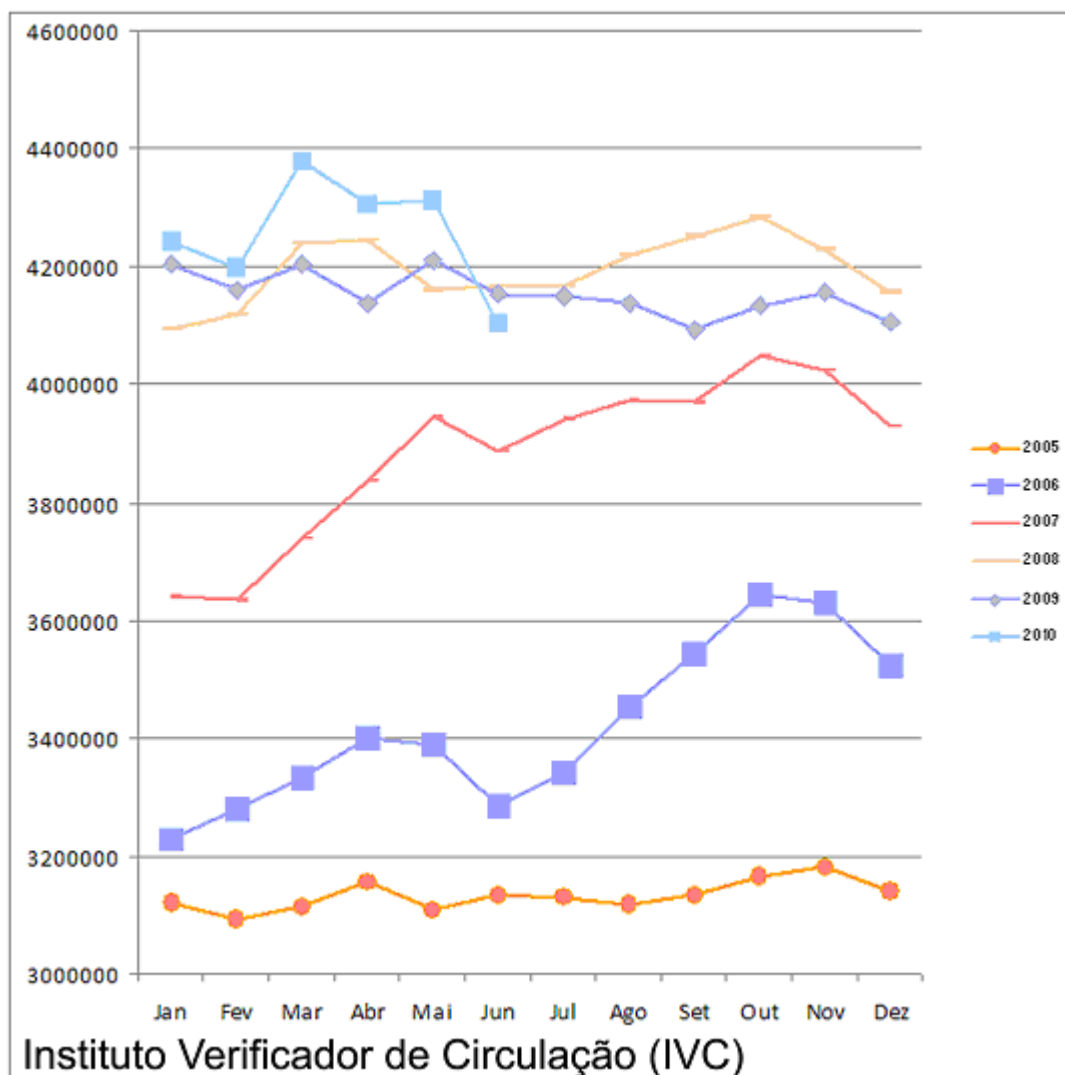
A crise econômica internacional que eclodiu em outubro de 2008 se prolongou durante o ano seguinte. Apesar da recuperação que se seguiu, a situação de algumas das maiores economias mundiais não transmite segurança no sentido de que os fatores estruturais da retração tenham sido totalmente superados. No que se refere à mídia impressa dos países desenvolvidos, os dados relativos ao primeiro semestre de 2010 indicam uma desaceleração da abrupta perda de circulação e de receita publicitária registrada no ano anterior.

No Brasil, a situação é bem mais positiva. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), os jornais, que haviam concluído 2008 com um aumento da circulação média diária de 5% em relação a 2007, mantendo uma expansão de vários anos, registraram, ao final de 2009, um recuo de 3,5%, tendência revertida no primeiro semestre deste ano, ao final do qual a circulação auditada contabilizou um aumento de 2,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior. É importante notar que a recuperação aparentemente só não foi maior devido a um declínio, no mês de junho, atribuível ao impacto da Copa do Mundo sobre o mercado de mídia, fenômeno similar ao observado em 2006. O gráfico que segue exhibe a evolução da circulação auditada nos últimos seis anos.

O acompanhamento dos dados de circulação ao longo dos últimos anos revela que os “quality papers” têm oscilado em torno da estabilidade,

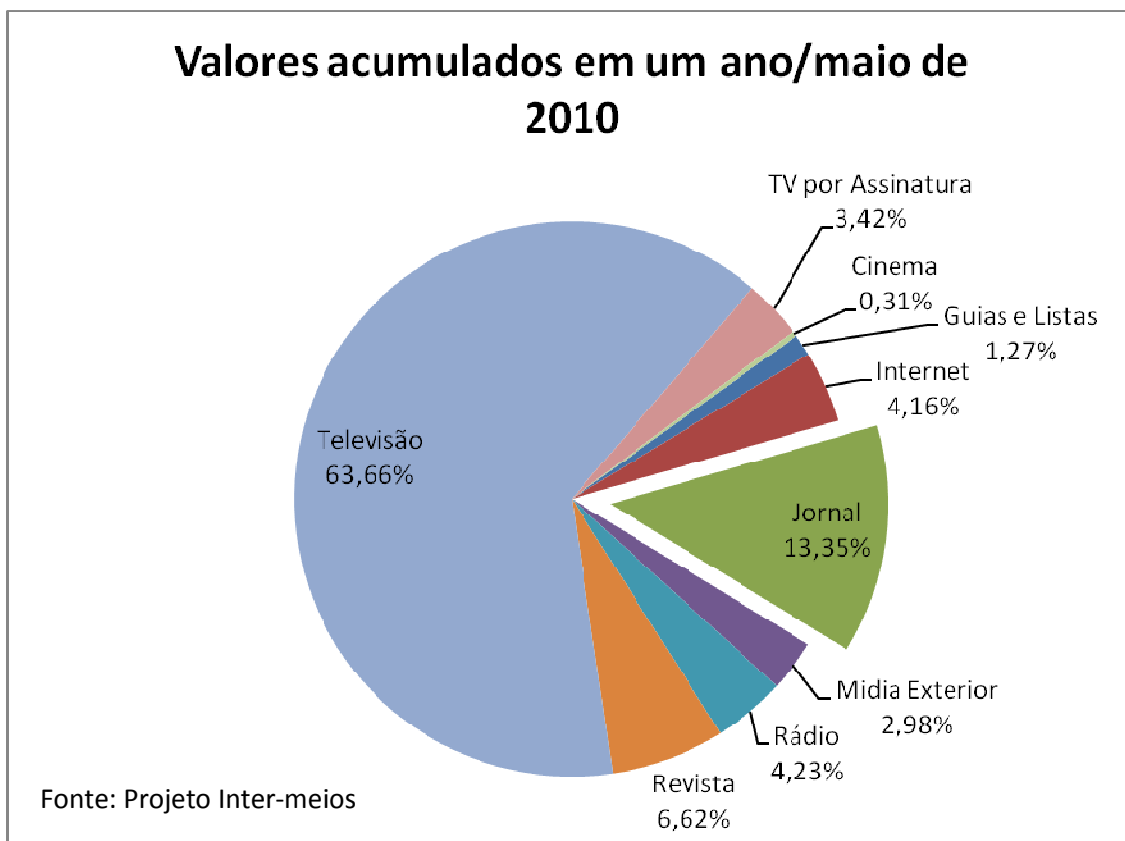
enquanto os jornais de alcance popular crescem em número de títulos e de circulação. Conseqüentemente, esses jornais populares ganharam posições entre os dez diários de maior circulação no país e foram os principais responsáveis pelo aumento geral das vendas.

Circulação auditada no Brasil (2005-2010)



Em 2008, conforme dados do Projeto Inter-Meios, principal referência do mercado publicitário brasileiro, os investimentos publicitários no meio Jornal chegaram R\$ 3,4 bilhões, montante recorde em termos absolutos, embora a participação dos jornais no bolo publicitário nacional tenha recuado para 15,91%, depois de ter atingido 16,38% em 2007. Sob o impacto da crise internacional, em 2009 os investimentos publicitários em jornal recuaram

8,11%, totalizando R\$ 3,1 bilhões e uma participação no bolo publicitário de 14,8%. Nos primeiros cinco meses de 2010, a exemplo do que se observou em relação à circulação, houve uma recuperação, de 7,8%, nos investimentos na mídia Jornal, que totalizaram R\$ 1,3 bilhão. Também matizada pela Copa do Mundo, essa recuperação não se refletiu na participação do meio no investimento total, que registrou novo recuo, agora para 13,35%, conforme gráfico.



A evolução da circulação dos jornais, assim como de receitas publicitárias das diversas mídias brasileiras, inclusive do meio Jornal, segue refletindo fundamentalmente o desempenho da economia do país, em particular o aumento dos rendimentos das parcelas de menor renda da população. Entretanto, o relativo “descolamento” da mídia brasileira em relação aos mercados maduros do hemisfério norte não é absoluto, exigindo das empresas jornalísticas nacionais uma postura de cautela, tratando de manter seus custos ajustados.

A ANJ e seus associados estão conscientes de que os próximos anos serão marcados por grandes desafios e por grandes oportunidades. Entre os

primeiros estão a multiplicação de novas mídias e plataformas com a consequente fragmentação de audiências, o efeito deletério da concorrência praticada por atores que desrespeitam princípios elementares de proteção aos direitos autorais sobre as receitas e uma extraordinária exigência de inovação em todas as áreas da indústria jornalística para que os jornais sigam cumprindo seu papel de elemento constitutivo das instituições democráticas. Do lado das oportunidades, o verdadeiro salto tecnológico representado pelo advento da era digital amplia tremendamente as possibilidades de desenvolvimento de formas de obtenção e difusão de informações jornalísticas e comerciais, atividades nas quais o meio Jornal detém uma experiência que se confunde com sua própria história.

O momento de transição que vivemos vem sendo acompanhado pela ANJ e por seus afiliados com atenção e com a preocupação de identificar as alternativas estratégicas para um novo ciclo de desenvolvimento da indústria jornalística. Desde o início da gestão 2008/2010, a Diretoria da ANJ estuda as questões relacionadas aos desafios mencionados, tendo, para tanto, constituído um grupo técnico integrado por alguns dos melhores profissionais de suas empresas. Os resultados desse esforço serão encaminhados aos associados num futuro próximo, com a certeza de que contribuirão para que os jornais brasileiros retomem o vigor exibido até hoje.

II – ELEIÇÃO DO CONSELHO E DA DIRETORIA

Em 18 de agosto de 2008, em São Paulo, a Assembleia Geral da ANJ elegeu os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para mandato de dois anos, de agosto de 2008 a agosto de 2010. O novo Conselho de Administração elegeu a presidente Judith Brito e seus dez vice-presidentes, que integram a Diretoria, para o mesmo período. A Assembleia aprovou o Relatório de Atividades da Diretoria relativo ao período 2006/2008 e as contas da Diretoria relativas a 2007. Na ocasião, foi

apresentado o Relatório Anual de Liberdade de Imprensa, abrangendo o período de setembro de 2007 a julho de 2008.

III – DIRETRIZES

A Diretoria da ANJ empossada em agosto de 2008 definiu seis macro-objetivos para sua gestão:

- ✓ Defesa da liberdade de imprensa.
- ✓ Defesa da liberdade de expressão comercial.
- ✓ Valorização do jornal na educação e na construção da cidadania.
- ✓ Fortalecimento e ampliação dos jornais brasileiros no mercado.
- ✓ Futuro do jornal como mídia digital.
- ✓ Alinhamento de objetivos com a indústria de produção de conteúdo.

Em relação à defesa da liberdade de imprensa, a ANJ prosseguiu, entre agosto de 2008 e julho de 2010, no seu trabalho permanente de vigilância em relação aos casos considerados atentatórios a esse princípio maior da entidade e da democracia brasileira. O Comitê de Liberdade de Expressão, sob a coordenação do vice-presidente Júlio César Mesquita, posicionou-se publicamente e sempre com ampla repercussão contra as iniciativas que ferem o preceito constitucional da ampla liberdade de informação e opinião.

A pregação e a mobilização constantes da ANJ, assim como das demais entidades representativas dos meios de comunicação, em favor da liberdade de imprensa foi premiada com o fim da Lei de Imprensa. Apesar das claras definições da Constituição de 1988 em favor da ampla liberdade de expressão, a lei restritiva aos meios de comunicação ainda vigorava. No dia 30 de abril de 2009, foi finalmente derrubada, em decisão histórica do Supremo Tribunal Federal.

A valorização do jornal na educação e na construção da cidadania é atividade cotidiana da ANJ, por meio do Programa Jornal e Educação e do Comitê de Responsabilidade Social. O programa conta hoje com 62 jornais associados e vem realizando ações permanentes para sua ampliação.

O fortalecimento e a ampliação dos jornais brasileiros no mercado publicitário levou a ANJ a encomendar a pesquisa Contribuição Diferencial do Meio Jornal à Publicidade – ROI (Return Of Investment), que foi usada na qualificação dos profissionais dos jornais associados. As conclusões da pesquisa, que mostram a capacidade de os jornais influenciarem de forma extrema a eficiência e o alcance das mensagens publicitárias, resultaram num conjunto de informações organizadas, disponibilizadas para as equipes comerciais dos jornais associados. Houve ainda a organização de workshops para as equipes comerciais dos jornais afiliados, elaborados a partir da pesquisa. Também nesse campo, a ANJ, em conjunto com outras entidades representativas dos meios de comunicação, trabalhou intensamente na reformulação do Instituto Verificador de Circulação (IVC), com o objetivo de dar-lhe mais eficiência.

IV – O FUTURO DOS JORNAIS

A diretoria da ANJ no biênio 2008/2010 dedicou especial atenção a questões relacionadas ao futuro dos jornais como mídia digital. Os desafios da convergência digital impõem um realinhamento das empresas jornalísticas numa nova realidade de mercado, em que se destaca a relação do nosso negócio com os buscadores e agregadores de conteúdo na internet. Outro aspecto a merecer nossos esforços são as diversas plataformas de distribuição de conteúdos digitais, tais como os “tablets” e telefones celulares.

Neste sentido, a diretoria constituiu um grupo técnico que vem estudando diversas alternativas a respeito das questões acima.

Ainda no campo do futuro dos jornais, a ANJ vem trabalhando e defendendo, em todas as instâncias do setor, a neutralidade na utilização

das redes de telecomunicações, questão de fundamental importância estratégica. Finalmente, temos também nos mobilizado na defesa dos preceitos constitucionais relativos à participação do capital estrangeiro nas empresas jornalísticas.

V – 30 ANOS DA ANJ

Os 30 anos da ANJ foram comemorados com evento em Brasília, no dia 18 de agosto de 2009. Pela manhã, houve a entrega do título de Associado Honorário a João Roberto Marinho e a realização do painel “Liberdade de Expressão e o Futuro do Jornalismo: o que dizem os jornalistas”, com audiência de mais de 300 pessoas, a grande maioria de estudantes de jornalismo. Moderado por Fernando Rodrigues, repórter da Folha de S.Paulo e diretor do Comitê Editorial da ANJ, o painel teve a participação dos jornalistas Alon Feuerwerker, colunista do Correio Braziliense; Carlos Eduardo Lins da Silva, então ombudsman da Folha de S.Paulo; Marcelo Rech, diretor geral de Produtos do Grupo RBS; Merval Pereira Filho, colunista de O Globo e comentarista da rádio CBN e da Globonews; e Daniel Piza, editor executivo e colunista de O Estado de S.Paulo. Como convidado especial, Iason Athanasiadis, jornalista britânico de origem grega, relatou os vinte dias de prisão no Irã, logo após as eleições presidenciais ocorridas naquele país em 2009.

Também nas comemorações dos 30 anos da ANJ, foi entregue ao deputado Miro Teixeira o Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa, como reconhecimento à contribuição do parlamentar à defesa e promoção da liberdade de imprensa em nosso país. Miro foi o autor da arguição ao Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da Lei de Imprensa, que acabou resultando na histórica decisão daquela corte de abolir a legislação.

Ainda a propósito dos 30 anos da ANJ, a presidente Judith Brito e o diretor executivo Ricardo Pedreira escreveram livro sobre a história da Associação, mostrando sua importância para a indústria jornalística brasileira nesse

período e sua atuação em defesa da liberdade de imprensa e do aperfeiçoamento dos jornais em nosso país. “A Força dos Jornais – Os 30 Anos da Associação Nacional de Jornais no Processo de Democratização Brasileiro” foi distribuído entre associados e formadores de opinião, e comercializado nas livrarias. Trata-se de documento que resgata a história e a destacada relevância da Associação, e funciona como registro e obra de consulta.

VI – AUTORREGULAMENTAÇÃO

Com o fim da Lei de Imprensa, a diretoria da ANJ deliberou aprofundar o debate sobre a conveniência de uma instância de autorregulamentação jornalística. Por delegação da diretoria, o vice-presidente Nelson Sirotsky, após estudo sobre os modelos internacionais de autorregulamentação, apresentou proposta para a criação de um Conselho de Ética da ANJ, em cumprimento ao já existente Código de Ética e Autorregulamentação, parte integrante do Estatuto Social da nossa Associação. A proposta foi aprovada pela diretoria, que nos próximos meses se encarregará de ajustá-la, para futura implantação.

VII – SÓCIO HONORÁRIO

No dia 18 de agosto de 2009, reunida em Brasília, a Assembleia Geral Ordinária, por decisão unânime, concedeu o título de Associado Honorário da ANJ a João Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo e integrante da diretoria da Associação desde a sua fundação. João Roberto recebeu a homenagem por seus relevantes serviços prestados ao jornalismo e à ANJ. O título foi entregue por Jayme Sirotsky, ex-presidente da ANJ e também Associado Honorário. Jayme destacou o importante e permanente papel de João Roberto na direção da ANJ desde o momento de sua fundação e, até mesmo antes, nos entendimentos que resultaram na criação da Associação.

VIII – PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÃO

O Jornal ANJ, publicação bimestral da ANJ distribuída para mailing de mais de 6 mil formadores de opinião, segue sendo editado, com ampla cobertura das atividades dos associados, da indústria jornalística brasileira e das mais modernas tendências dos jornais em todo o mundo.

Foi aperfeiçoado o Informativo ANJ, seleção de notícias que saem na mídia relativas a questões da indústria jornalística e do mercado de comunicação em geral. Produzido a partir de clipping, o Informativo ANJ é distribuído em todos os dias úteis para os e-mails dos executivos dos jornais associados. A publicação passou a dar especial atenção ao noticiário sobre os negócios do novo mundo digital e também das telecomunicações.

A presidente Judith Brito tem escrito regularmente artigos sobre temas de interesse dos jornais brasileiros, que vêm sendo oferecidos aos jornais associados. A publicação desses artigos tem resultado numa eficiente divulgação das posições da nossa Associação diante da opinião pública e reforçado a defesa dos legítimos interesses do setor.

A presidente Judith Brito e o diretor executivo Ricardo Pedreira produziram o livro "As Melhores Primeiras Páginas dos Jornais Brasileiros". A publicação reúne capas de mais de cem jornais associados. Cada um dos jornais que atendeu à proposta escolheu aquela primeira página que julgou mais relevante em sua trajetória, resultando num significativo cenário do papel da imprensa diária brasileira como testemunha da história e agente de construção da cidadania. O livro será brevemente impresso e lançado para, a exemplo do livro sobre os 30 anos da ANJ, demonstrar a importância fundamental dos jornais brasileiros na nossa sociedade e na própria construção da democracia.

IX – EVENTOS, PREMIAÇÕES E ENCONTROS

O trabalho da ANJ vem resultando no permanente reconhecimento de significativos setores da sociedade brasileira. Foi assim com o prêmio Destaque Associativo, da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). No dia 21 de setembro de 2009, a presidente Judith Brito recebeu a premiação “pelos relevantes serviços da ANJ na defesa da liberdade de imprensa”.

Pela mesma razão, a ANJ foi homenageada no dia 24 de novembro de 2009 pela Associação Paulista de Magistrados (APAMAGIS), uma das mais representativas e atuantes entidades de juízes do país. Na ocasião, o então presidente da APAMAGIS, desembargador Henrique Calandra, destacou “a importância do trabalho jornalístico livre e independente para a valorização dos princípios democráticos” e assinalou o papel da ANJ nesse trabalho.

A AIB – Associação de Imprensa da Barra também prestou sua homenagem à ANJ, com o Troféu AIB de Imprensa 2009, pelas “relevantes demonstrações e ações em defesa da Liberdade de Expressão e de Imprensa”, em cerimônia realizada no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 2009.

A diretoria da ANJ, num esforço para trocar informações com diferentes setores da sociedade, e também expor seus pontos de vista, vem promovendo uma série de almoços de trabalho com autoridades, empresários e nomes de relevo no cenário brasileiro. Esses encontros vêm ocorrendo nas mesmas datas das reuniões da diretoria. Desta forma, já estiveram com a diretoria da ANJ nesse último biênio o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; o presidente do BNDES, Luciano Coutinho; o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco; o ministro da Fazenda, Guido Mantega; o ministro da Educação, Fernando Haddad; o empresário Jorge Gerdau; a conselheira da ANATEL, Emília Ribeiro; o diretor geral do Google para a América Latina, Alexandre Hogagen; e os editores Marcos da Veiga Pereira (editora Sextante), Roberto Feith (editora Objetiva) e Sérgio Machado (editora Record).

X – NOVA SEDE

A Diretoria empossada em agosto de 2008 decidiu transferir a sede da Associação para um novo imóvel, tendo em vista a necessidade de deixar o imóvel alugado desde 1986, quando a ANJ mudou-se do Rio para Brasília. A velha sede, além de não mais comportar de forma adequada a estrutura executiva da entidade e as reuniões da Diretoria, teve de ser desativada em função da venda de uma das salas por parte de seus proprietários.

Foi alugada a cobertura do Edifício Denasa, no mesmo Setor Comercial Sul de Brasília, e feita reforma para a nova sede, com economia de recursos em relação ao que estava previsto no orçamento. A inauguração aconteceu em 9 de junho de 2009. A nova sede permite a realização das reuniões de Diretoria e oferece sala de trabalho para os associados que venham a Brasília.

XI – COMITÊS DA ANJ

COMITÊ MERCADO ANUNCIANTE

VP.: Nelson P. Sirotsky – Zero Hora (RS)

DIRETOR:

Eduardo Sirotsky Melzer – RBS (SP) – de set. a jun./09

Cláudio Santos – RBS (SP) – jun./09

Oscar Mattos – Infoglobo (SP) – a partir de 20 de jul./09

Subcomitê de Classificados

COORDENADORA: Elaine Dias – O Estado de S.Paulo (SP)

COMITÊ DE ASSOCIADOS

VP.: Luciana de Alcântara Dummar – O Povo (CE)

DIRETOR: Túlio da San Biagio – O Diário de Mogi (SP)

COMITÊ EDITORIAL

Presidente: Judith Brito – Folha de S.Paulo (SP)

DIRETOR: Fernando Rodrigues – Folha de S.Paulo (Suc. Brasília)

Subcomitê de Design e Fotografia

COORDENADOR: Léo Tavejnhansky – O Globo (RJ)

COMITÊ DE GESTÃO

VP.: João Roberto Marinho – O Globo (RJ)

DIRETOR: Breno Machado – O Popular (GO)

Subcomitê de Indicadores

COORDENADOR: Heinz Jürgen Soboll – Correio Popular (SP)

COMITÊ JURÍDICO

VP.: Jaime Câmara Júnior – O Popular (GO)

DIRETOR: Guliver Augusto Leão – O Popular (GO)

COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

VP.: Júlio César Mesquita – O Estado de S.Paulo (SP)

DIRETOR: Paulo de Tarso Nogueira – O Estado de S.Paulo (SP)

COMITÊ MERCADO LEITOR

VP.: Walter de Mattos Jr. – Diário LANCE! (RJ)

DIRETOR: Afonso Cunha – Diário LANCE! (RJ)

COMITÊ DE NEGÓCIOS DIGITAIS

Presidente: Judith Brito – Folha de S.Paulo (SP)

DIRETORA: Ana Lúcia Busch Ferreira – Folha Online (SP)

COMITÊ DE RECURSOS HUMANOS

VP.: Álvaro Teixeira da Costa – Correio Braziliense (DF)

DIRETORA: Carmela Marques – Correio Braziliense (DF)

COMITÊ DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

VP.: Sylvino de Godoy Neto – Correio Popular (SP)

DIRETOR: Paulo Tonet Camargo – RBS-Zero Hora (DF)

COMITÊ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VP.: Mário Gusmão – Jornal NH (RS)

DIRETOR: Ricardo Gandour – O Estado de S.Paulo (SP)

COMITÊ DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Conselheiro Responsável: Guilherme Döring Cunha Pereira – Gazeta do Povo (PR)

DIRETORA: Clarice López de Alda – Gazeta do Povo (PR)

Programa Jornal e Educação

COORDENADORA EXECUTIVA: Cristiane Parente – ANJ (DF)

COMITÊ DE TECNOLOGIA E OPERAÇÕES

VP.: Carlos Fernando Lindenberg Neto – A Gazeta (ES)

DIRETOR: Denis de Oliveira Neves – A Gazeta (ES) – até nov./09. Diário LANCE! (RJ) – A partir de mar./10.

Subcomitê Sudeste/Centro-Oeste

COORDENADOR: Amim Ali Filho – Correio Popular (SP)

Subcomitê Norte/Nordeste

COORDENADOR: João Pojucam de Moraes – O Liberal (PA)

Subcomitê Sul

COORDENADOR: Denilson Farias – Gazeta do Povo (PR)

Subcomitê de Logística

COORDENADOR: Marcello Moraes – O Globo (RJ)

XII – ATIVIDADES DOS COMITÊS

1. Comitê de Associados

O Comitê de Associados tem buscado aumentar o número de filiações, por meio de contatos diretos e outras formas, tais como a distribuição do Jornal ANJ a jornais não associados, de modo a dar-lhes conhecimento das numerosas atividades da Associação em favor da indústria jornalística brasileira. Outra ação é o oferecimento de vantagens para jornais não associados quando inscritos em eventos realizados pela ANJ, como o

Congresso de Tecnologia e o Seminário de Circulação. Em agosto de 2008, a ANJ contava com 137 jornais associados; já em julho de 2010 esse número subiu para 146 jornais.

Entre agosto de 2008 e julho de 2010, houve 130 pedidos de informação sobre processo de filiação. Dezesete novas filiações foram concretizadas nesse período:

A Gazeta (Macapá/AP), A Notícia (Redenção/PA), Bom Dia ABCD (São Bernardo do Campo/SP), Correio de Itapetininga (Itapetininga/SP), Dez Minutos (Manaus/AM), Diarinho (Itajaí/SC), Expresso Popular (Santos/SP), Folha Fluminense (Resende/RJ), Gazeta de Piracicaba (Piracicaba/SP), Gazeta de Ribeirão (Ribeirão Preto/SP), Gazzeta do São Francisco (Petrolina/PE), Jornal de Itatiba Diário (Itatiba/SP), Jornal Extra de Pernambuco (Caruaru/PE), Novo Jornal (Natal/RN), O Jornal (Palmas/TO), O Vale (São José dos Campos/SP), Umuarama Ilustrado (Umuarama/PR).

2. Comitê Editorial

O Comitê Editorial elegeu como ação prioritária o trabalho em favor da regulamentação do direito de acesso a informações públicas, previsto na Constituição, mas até hoje sem efetivação. Nesse sentido, o Comitê participou ativamente da organização e realização em Brasília, nos dias 1º e 2 de abril de 2009, do Seminário Internacional sobre o Direito de Acesso a Informações Públicas, realizado pelo Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, no qual a ANJ está representada.

Uma grande vitória foi obtida nessa frente em maio de 2009, quando a presidência da República enviou ao Congresso projeto de lei regulamentando a questão. O projeto de lei responde à demanda histórica da sociedade em geral, e também das empresas jornalísticas. O texto apresentado prevê uma série de medidas positivas, como uma lista de informações que devem ser disseminadas de forma pró-ativa pelos órgãos públicos, a obrigação de responder a pedidos de informação no prazo de 20

dias, e a aplicação a informações em poder não apenas do Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril de 2010 e encontra-se agora sob exame do Senado.

Conforme o planejado, o Comitê disponibilizou para os jornais associados, no site da ANJ, diferentes guias do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Ainda na área do Comitê Editorial, prossegue a parceria da ANJ com a BM&FBOVESPA no Curso de MBA Informações Econômico-Financeiras e Mercado de Capital, sob a responsabilidade pedagógica da Fundação Instituto de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. O curso de pós-graduação *lato sensu* já formou mais de 215 profissionais dos principais meios de comunicação brasileiros. A nona turma iniciou as aulas em março de 2010 e a décima turma está programada para iniciar em fevereiro ou março de 2011.

Nas comemorações dos 30 anos da ANJ, em agosto de 2009, o Comitê Editorial organizou o painel "Liberdade de Expressão e o Futuro do Jornalismo: o que dizem os jornalistas", realizado em Brasília, com mais de 300 pessoas na audiência, a grande maioria estudantes de jornalismo. O diretor do Comitê, Fernando Rodrigues, foi o moderador do painel, que contou com a participação dos jornalistas Alon Feuerwerker, colunista do Correio Braziliense; Carlos Eduardo Lins da Silva, na época ombudsman da Folha de S.Paulo; Daniel Piza, editor executivo e colunista de O Estado de S.Paulo; Marcelo Rech, diretor geral de Produtos do Grupo RBS; e Merval Pereira Filho, colunista de O Globo e comentarista da Rádio CBN e da Globonews. Como convidado especial do painel, participou o jornalista britânico de origem grega Iason Athanasiadis, repórter do Washington Times, com ampla experiência na cobertura do Oriente Médio e que esteve 20 dias preso no Irã em função da cobertura dos protestos contra o resultado da eleição presidencial naquele país, ocorrida poucos meses antes do evento da ANJ.

O Comitê Editorial também esteve presente, por intermédio do seu diretor Fernando Rodrigues, no evento “Imprensa e Eleições”, promovido pela ANJ em maio de 2010, em Brasília, com o objetivo de debater os reflexos da legislação eleitoral no trabalho jornalístico. Fernando fez palestra sobre a legislação eleitoral e a cobertura jornalística na internet.

3. Comitê de Gestão

O Comitê de Gestão promoveu, nesse período de dois anos, ampla troca de informações sobre as melhores práticas e soluções diante do impacto da crise econômico-financeira mundial na indústria jornalística brasileira no ano de 2009. Foi feita análise de benchmarking de opções para redução de custos e métodos de rateio de custos. Também foi discutida a criação de um Centro de Serviços Compartilhados para grupos multiempresariais, onde ficariam concentrados serviços como Finanças, Recursos Humanos e Tecnologia Industrial, para atender diferentes empresas de um mesmo grupo.

Ainda nessa linha de enfrentamento da crise, o Comitê disseminou entre seus participantes princípios de oportunidade de recuperação de créditos fiscais e ativos financeiros.

Houve também ampla discussão e disseminação entre os integrantes do Comitê dos estudos do projeto “Shaping the Future of Newspapers”, da Associação Mundial de Jornais, mandados traduzir pela ANJ. A avaliação do Comitê é de que esses estudos foram de grande valia para os jornais associados e que a ANJ deveria prosseguir com essa política de disponibilizá-los.

O Comitê estudou a possibilidade de criação de uma Central de Compras de Papel, com o objetivo de reunir jornais interessados em comprar o insumo de forma mais vantajosa. Decidiu-se que, nesse caso, o melhor caminho é a formação de pequenos grupos com as seguintes condições:

- níveis semelhantes de consumo mensal;

- perfis semelhantes de gestão de estoques;
- disposição para compra de papel no mesmo porto;
- exigência semelhante nos níveis de qualidade de papel.

Houve apresentação ao Comitê da experiência de compra conjunta de papel por um grupo de jornais do sul do país – a Rede Diários – e, a partir da apresentação dessas informações, o envio aos jornais associados à ANJ de perguntas sobre o interesse em desenvolver projeto nessa linha. Apenas três jornais enviaram suas respostas. O entendimento do Comitê foi de que, para levar adiante um projeto consistente de compra conjunta de papel imprensa, é preciso a adesão de um número maior de interessados. Outra possibilidade seria a contratação de uma consultoria independente para formatar um modelo e apresentá-lo aos associados.

Nesse período de dois anos, o Comitê de Gestão também debateu e realizou intensa troca de informações sobre temas como: emissão de documentos fiscais para publicidade, tributos incidentes sobre as receitas e respectivas alíquotas, regime de tributação, forma de pagamento das comissões às agências de publicidade, implantação do SPED (Contábil e Fiscal) nos prazos e requisitos exigidos pela Receita Federal, metodologia orçamentária e redução de custos, e recuperação de recolhimentos de INSS sobre períodos não trabalhados.

4. Comitê Jurídico

O Comitê Jurídico tem promovido a interação entre as áreas jurídicas dos jornais associados, provocando o debate e a troca de informações sobre temas comuns, com o objetivo de aprimorar a defesa dos interesses do setor. O Comitê desenvolve, ainda, trabalho permanente de consultoria jurídica aos associados, por meio de estudos e pareceres. Para isso, contratou o escritório de advocacia Galvão, Jobim e Vieira de Carvalho Advogados, cujo trabalho tem sido de grande eficiência.

Entre os temas objeto do trabalho do Comitê no período, destacam-se:

- ✓ Lei de Imprensa – Junto com o Comitê de Relações Governamentais, o Comitê Jurídico acompanhou de forma permanente o processo que resultou no fim da Lei de Imprensa. Também junto com o Comitê de Relações Governamentais, está agora trabalhando em alternativas para a regulamentação do Direito de Resposta, em discussão no Congresso.
- ✓ Diploma de Jornalista – Esse foi outro tema acompanhado em conjunto com o Comitê de Relações Governamentais. A ANJ participou da sessão do STF que resultou no fim da exigência do diploma, contratando advogada que fez a defesa oral contrária à legislação, que acabou sendo revogada.
- ✓ Imunidade Tributária e Serviços de Impressão Gráfica para Terceiros – O Comitê está acompanhando julgamento em curso no STF, de ação contrária à imunidade tributária em serviços de impressão para terceiros. Caso prospere, poderá haver mudança na jurisprudência da Corte, que é ampla no sentido de afirmar a imunidade, inclusive sobre serviços.
- ✓ Compensação de Créditos do IPI – A edição do Ato Declaratório Interpretativo (ADI) nº 5, de 17 de abril de 2006, alterou o entendimento estabelecido anteriormente sobre a compensação de créditos de IPI. O Comitê vem acompanhando e debatendo a questão, na defesa dos interesses da indústria jornalística brasileira.
- ✓ ICMS sobre Publicidade em Encartes – O Comitê vem buscando alternativas para enfrentar a intenção dos fiscos estaduais de cobrar ICMS sobre a veiculação de publicidade em jornais por meio de encartes, no entendimento de que esses encartes não são parte integrante dos jornais.
- ✓ Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – O Comitê acompanha de perto o processo de implantação da NF-e, bem como as questões relacionadas ao papel imune.

Junto com o Comitê de Relações Governamentais, o Comitê Jurídico realizou em Brasília, no dia 7 de maio de 2010, o evento "Imprensa e Eleições", que reuniu ministros do Tribunal Superior Eleitoral, advogados dos jornais associados, especialistas em Direito Eleitoral e jornalistas para debater os impactos da legislação eleitoral na cobertura jornalística.

Também com o Comitê de Relações Governamentais e ainda o Comitê de Liberdade de Expressão, o Comitê Jurídico participou da realização, no dia 16 de julho de 2010, em Florianópolis, do evento "O Fim da Lei de Imprensa e o Poder Judiciário". Foi uma promoção conjunta com a Associação dos Magistrados Catarinenses e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Grupo RBS.

O evento discutiu as questões jurídicas decorrentes da revogação da Lei de Imprensa, entre as quais a aplicação do Direito de Resposta, a publicação de sentenças condenatórias, o foro de competência para julgamento das ações de dano moral e os efeitos penais do fim da lei.

Por fim, o Comitê Jurídico editou uma cartilha com orientações aos jornais associados a respeito dos efeitos da legislação eleitoral em vigor no exercício do jornalismo. A cartilha foi disponibilizada no site da ANJ, e a versão impressa foi enviada aos jornais associados.

5. Comitê de Liberdade de Expressão

A defesa da liberdade de expressão é compromisso histórico da ANJ e nesse sentido o Comitê de Liberdade de Expressão tem sido o principal instrumento da Associação.

Apesar das garantias dadas à liberdade de expressão pela Constituição de 1988, em muitos momentos a atividade jornalística sofre limitações. Por isso, desde abril de 1997 a ANJ mantém o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, que monitora e denuncia casos contra o livre

exercício do jornalismo e o direito da sociedade de ser livremente informada.

O Comitê considera que a ameaça mais constante à liberdade de expressão no Brasil parte hoje do Poder Judiciário, por meio de sentenças judiciais, geralmente liminares em primeira instância, que impõem censura prévia aos meios de comunicação, a propósito de evitar danos morais. O Comitê se manifesta com frequência e com veemência contra essas e outras iniciativas atentatórias à liberdade de imprensa. O detalhamento dessas manifestações encontra-se no Relatório de Liberdade de Imprensa.

Mas foi o Poder Judiciário, por meio da sua mais alta corte, o Supremo Tribunal Federal, que, em abril de 2009, tomou a decisão histórica de pôr fim à Lei de Imprensa herdada do regime militar. Com características próprias do autoritarismo, essa legislação previa recolhimento de jornais, fechamento de empresas jornalísticas e até prisão de jornalistas, num evidente descompasso com os princípios democráticos da Constituição de 1988.

Também o STF, no dia 17 de junho de 2009, tomou outra decisão fundamental na garantia da plena liberdade de expressão, ao acabar com a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. A ANJ participou ativamente do julgamento que resultou no fim da exigência, atuando na sustentação oral contrária à legislação estabelecida por uma Junta Militar. Para a Associação, todo cidadão, independente de qualquer exigência, tem o direito de atuar como jornalista, em função do princípio constitucional da ampla liberdade de expressão. Esse foi o entendimento do Supremo. Mas a ANJ fez questão, publicamente, de deixar clara a preferência que as empresas jornalísticas continuarão tendo de buscar nas escolas de jornalismo os profissionais para suas áreas editoriais.

O Comitê agora acompanha as deliberações do Comitê Jurídico a respeito dos possíveis desdobramentos legais do fim da Lei de Imprensa – como a regulamentação do Direito de Resposta, e do fim da exigência do diploma de jornalista para o exercício da profissão – como as mudanças na legislação sobre a regulamentação da profissão.

O Comitê de Liberdade de Expressão prosseguiu no seu trabalho de interação com outras entidades, como a SIP e a WAN, no exterior, e a ANER e a ABERT, no Brasil, na defesa e promoção da liberdade de imprensa. O vice-presidente responsável pelo Comitê, Júlio César Mesquita, e o diretor do Comitê, Paulo de Tarso Nogueira, participaram de reuniões da SIP, em Madri e em Assunção, expondo o acompanhamento da ANJ em relação aos casos contrários à liberdade de imprensa no Brasil e atuando nas decisões da entidade nesse setor.

Por meio do Comitê, a ANJ disponibilizou para os jornais associados a campanha institucional da SIP com anúncios de conscientização referentes à importância da liberdade de expressão. Da mesma forma, supervisionou os anúncios sobre liberdade de imprensa preparados pela Fischer América, agência de publicidade da Associação, veiculados pelos jornais associados.

O Comitê participou da IV Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, realizada na Câmara dos Deputados em 9 de junho de 2009, sob a responsabilidade da ANER. Em 4 de maio de 2010 foi realizada a V Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, também na Câmara, desta vez organizada pela ANJ, com intensa participação do Comitê.

6. Comitê Mercado Anunciante

O Comitê Mercado Anunciante supervisionou a preparação e a execução da pesquisa Contribuição Diferencial do Meio Jornal à Publicidade – ROI (Return Of Investment), entregue à empresa especializada Ipsos-Marplan. O objetivo da pesquisa foi dar ferramentas objetivas e consistentes para que as áreas comerciais dos jornais possam negociar de forma mais fundamentada a venda dos espaços publicitários, de modo a aumentar a participação no bolo publicitário do país.

A partir da pesquisa, as empresas de consultoria Integration e Singular prepararam workshops para treinamento dos profissionais das equipes comerciais dos jornais. Foram realizados dez workshops.

A pesquisa foi também apresentada pelo diretor do Comitê Mercado Anunciante, Oscar Mattos, no Encontro Nacional de Anunciantes de 2009, realizado pela Associação Brasileira de Anunciantes nos dias 29 e 30 de setembro, em São Paulo.

O Comitê Anunciante coordenou as atividades do 7º Prêmio ANJ de Criação Publicitária, e a cerimônia de entrega das premiações ocorreu no dia 26 de novembro de 2008, em São Paulo. A agência Lew, Lara/TBWA foi a grande vencedora, ao criar uma ação promocional para os automóveis da marca Nissan, cujo anúncio de largada saiu no jornal O Estado de S.Paulo. O acerto da premiação foi confirmado quando a mesma ação conquistou o Leão de Ouro do Festival de Cannes de 2009.

A Diretoria da ANJ considerou que o Prêmio de Criação Publicitária deveria continuar como ação prioritária do Comitê Mercado Anunciante, mas com foco concentrado nos profissionais de criação das agências e não mais nos executivos e proprietários. Nesse sentido, houve a decisão do Comitê de alinhar o 8º Prêmio com o Festival de Cannes, grande referência dos criativos das agências de publicidade.

A oitava edição do prêmio cobriu anúncios veiculados em jornais filiados à ANJ de 1º de março de 2009 a 28 de fevereiro de 2010. Permaneceu o sistema de seletivas regionais e da seletiva nacional, agora com as categorias indústria, mercado financeiro, serviços, varejo, imóveis, turismo, classificados, online, oportunidades, ações diferenciadas e estudantes de comunicação.

A agência F/Nazca Saatchi & Saatchi foi a grande vencedora do 8º Prêmio, com a campanha "Faça a Diferença", para a Nike, veiculada nos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo. A premiação ocorreu no dia 26 de abril de 2010, em evento que reuniu cerca de cem convidados, entre finalistas, representantes da Diretoria da ANJ e profissionais do mercado publicitário e de comunicação. Os quatro profissionais de criação e mídia responsáveis pela campanha foram enviados pela ANJ ao Festival de Cannes.

O Comitê Mercado Anunciante participou, ainda, da criação e veiculação da campanha institucional em comemoração aos 30 anos da ANJ, nos jornais associados, em grandes redes de televisão e em dezenas de emissoras de rádio em todo o país. "ANJ. Há 30 anos lutando pelo que a sociedade tem de mais valioso: a liberdade de expressão" – essa foi a mensagem da campanha criada pela agência Fischer+Fala.

O Comitê manteve a campanha dos tradicionais "Anúncios Calendário", que são distribuídos mensalmente aos jornais associados, com alusão às datas comemorativas do mês.

7. Comitê Mercado Leitor

O Comitê Mercado Leitor trabalhou no início desse período de dois anos dando prioridade à realização do VII Seminário Nacional de Circulação, que aconteceu nos dias 5 e 6 de outubro de 2009, em São Paulo, com grande sucesso. Mesmo diante das dificuldades daquele ano, marcado pela contenção de gastos das empresas em função do impacto da crise econômico-financeira, o evento teve sucesso na venda de todas as suas cotas de patrocínio e contou com a participação de 300 executivos de todo o país.

Outra importante linha de atuação do Comitê relacionou-se ao IVC, com participação de representante do Comitê em todas as reuniões mensais do Instituto. O IVC passou por um profundo processo de reestruturação para atender novas frentes. O consultor Antonio Athayde trabalhou ativamente nesse processo, que se convencionou chamar de "IVC do Futuro", num grande esforço da ANJ, junto com outras entidades representativas dos meios de comunicação, de dar mais eficiência e transparência ao Instituto.

O Comitê, por meio de sua representação no Comitê Especialista de Jornais do IVC, vem acompanhando e participando das ações do Instituto em relação à auditoria de jornais gratuitos, de informação jornalística na internet e de eventos, uma nascente opção de negócios para as empresas jornalísticas. Vale destacar também a participação do Comitê no projeto

“IVC Light”, com a definição de normas técnicas e processos de auditoria que viabilizem o ingresso no Instituto de publicações de menor circulação.

Tem sido intenso o debate no Comitê sobre as novas legislações estaduais de “Call Center” e a regulamentação do Banco Central sobre a cobrança de assinaturas via débito em conta. São duas iniciativas altamente prejudiciais ao trabalho de captação e fidelização de leitores.

8. Comitê de Negócios Digitais

O Comitê de Negócios Digitais foi criado pela atual Diretoria diante do novo mundo da tecnologia digital e do desafio das empresas jornalísticas em buscar modelos de negócios autossustentáveis na internet. Foi grande o interesse dos associados pelo novo Comitê, que contou com a adesão de 22 jornais. O Comitê definiu trabalhar em temas de grande abrangência, tais como:

- ✓ jornalismo online;
- ✓ audiências e métricas;
- ✓ publicidade na internet;
- ✓ ética;
- ✓ legislação;
- ✓ modelos de negócio e de organização;
- ✓ conteúdo grátis x conteúdo pago;
- ✓ faturamento x rentabilidade, no impresso e no online;
- ✓ comércio eletrônico;
- ✓ direitos autorais;
- ✓ concorrência com o impresso;

- ✓ concorrência com outras mídias.

Para facilitar a troca de informações e a tomada de decisões, o Comitê criou um blog no endereço www.negociosdigitais.wordpress.com.

O Comitê de Negócios Digitais promoveu no dia 17 de novembro de 2009 evento com palestra do líder de Entretenimento, Mídia e Comunicação da PriceWaterhouseCoopers, Marcel Fenez, com a apresentação da 10ª Pesquisa Global de Entretenimento e Mídia. O evento aconteceu no auditório da Folha de S.Paulo, para uma audiência de cerca de cem jornalistas e executivos do setor.

9. Comitê de Recursos Humanos

O Comitê de Recursos Humanos, criado pela atual Diretoria por uma demanda do grupo que formava o Subcomitê de RH, do Comitê de Gestão, definiu a produção de um banco de dados com relatórios sobre as melhores práticas de RH das empresas participantes. Foi acordado no Comitê o resgate do trabalho dos indicadores de RH, iniciado na gestão anterior. Foram elencados os indicadores, que serão acompanhados semestralmente.

O Comitê tem promovido a troca de informações sobre as negociações coletivas de trabalho, de modo a alinhar estratégias das empresas afiliadas nesse campo. Mas o Comitê descartou a adoção de ações e políticas padronizadas de RH, conforme colocado em debate, em função de cada empresa ter sua própria realidade, cultura e modelo de gestão.

Está em curso a atualização da Pesquisa Salarial periodicamente realizada pelas empresas associadas à ANJ. O trabalho ficou a cargo do Hay Group, sem custo por se tratar de atualização.

10. Comitê de Relações Governamentais

O Comitê de Relações Governamentais tem atuado no campo institucional, acompanhando projetos de interesse das empresas jornalísticas no Congresso e promovendo a defesa desses interesses no Legislativo, Executivo e Judiciário. O Comitê também tem sido responsável pela interação da ANJ com outras entidades representativas dos meios de comunicação, como a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER).

Entre os projetos que tramitam no Congresso e que vêm sendo monitorados pelo Comitê, destacam-se:

- ✓ Direito de Resposta – Com o fim da Lei de Imprensa, tramita no Congresso projeto regulamentando o Direito de Resposta, e o Comitê trabalha por uma legislação equilibrada e sem exageros contrários aos interesses dos jornais.
- ✓ Restrições à Propaganda – São inúmeras e frequentes as iniciativas legislativas que restringem a propaganda, e o Comitê se ocupa de forma permanente para evitar que prosperem.
- ✓ Imunidade Tributária – O Comitê monitora as iniciativas legislativas que visam a contornar o princípio constitucional da imunidade tributária para os jornais.
- ✓ Reforma Tributária – O Comitê acompanha o projeto que tramita no Congresso e faz gestões em defesa da proposta de deslocar as contribuições sociais para um Imposto sobre Valor Agregado, com o fim do PIS/COFINS. Desta forma, será permanente e inscrita na Constituição a imunidade de que gozam os jornais nessa área e que precisa periodicamente ser renovada.

O Comitê acompanha também, de forma permanente e bastante atuante, os problemas que atingem a única fabricante brasileira de papel imprensa, em situação econômica delicada decorrente da decisão do governo do Paraná de não reconhecer seus créditos de ICMS sobre energia elétrica.

O fim da Lei de Imprensa e da exigência do Diploma de Jornalista foi objeto de intenso trabalho do Comitê, que acompanhou todo o processo. A ANJ participou da defesa oral no Supremo Tribunal Federal que resultou no fim da exigência do diploma.

O Comitê atuou intensamente nas questões relativas à Conferência Nacional de Comunicação, com vistas a defender os interesses da indústria jornalística. A ANJ, junto com diversas outras entidades representativas dos meios de comunicação, entendeu ser inadequada a participação nessa Conferência, nos termos em que ela se realizará.

Junto com o Comitê Jurídico, o Comitê de Relações Governamentais realizou em Brasília, no dia 7 de maio de 2010, o evento "Imprensa e Eleições", que reuniu ministros do Tribunal Superior Eleitoral, advogados dos jornais associados, especialistas em Direito Eleitoral e jornalistas para debater os impactos da legislação eleitoral na cobertura jornalística.

Também com o Comitê Jurídico e ainda o Comitê de Liberdade de Expressão, o Comitê de Relações Governamentais participou da realização, no dia 16 de julho de 2010, em Florianópolis, do evento "O Fim da Lei de Imprensa e o Poder Judiciário". Foi uma promoção conjunta com a Associação dos Magistrados Catarinenses e a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, com o apoio do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, da Associação dos Magistrados Brasileiros e do Grupo RBS.

O evento discutiu as questões jurídicas decorrentes da revogação da Lei de Imprensa, entre as quais a aplicação do Direito de Resposta, a publicação de sentenças condenatórias, o foro de competência para julgamento das ações de dano moral e os efeitos penais do fim da lei.

O Comitê de Relações Governamentais tem trabalhado intensamente também, por determinação da Diretoria da ANJ, em ações com vistas a defender os princípios do Artigo 222 da Constituição, que define limites para a participação estrangeira em empresas jornalísticas. Neste sentido, a ANJ entrou com representações junto à Procuradoria Geral da República contra a participação estrangeira no jornal Brasil Econômico, por meio da Empresa

Jornalística Econômico S.A. (EJESA), e no portal Terra. A partir da manifestação do Ministério Público sobre esta questão específica poderá ser aberta uma frente de ação mais efetiva contra o descumprimento do Artigo 222 de forma geral. Ainda nesse campo, o Comitê participou de audiências públicas no Congresso, em defesa dos princípios do Artigo 222. Em trabalho do Comitê, a ANJ pediu providências para a preservação dos princípios constitucionais de defesa do capital nacional em empresas jornalísticas junto ao Ministério das Comunicações e à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Da mesma forma, a ANJ oficiou a ANATEL em defesa do princípio da neutralidade das redes de telecomunicações.

Numa iniciativa de modernização do trabalho da ANJ de acompanhamento da tramitação de projetos de lei de interesse do setor, o Comitê supervisionou a contratação do Sistema de Acompanhamento Legislativo. Por meio do site da ANJ, em breve os associados poderão acompanhar o andamento, o texto inicial e os pareceres de todas as proposições em tramitação no Congresso Nacional de interesse da indústria jornalística.

11. Comitê de Relações Internacionais

O Comitê de Relações Internacionais tem sido o canal de interlocução da ANJ com as associações internacionais congêneres. Acompanhou o processo que levou à fusão da Associação Mundial de Jornais (WAN) com a IFRA, entidade dedicada ao desenvolvimento tecnológico da imprensa. Elas formam agora a WAN-IFRA – Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias.

A ANJ está representada na direção da WAN-IFRA por seu vice-presidente Carlos Fernando Lindenberg Neto, que participou da Conferência da WAN sobre Publicidade em Jornais, realizada em Barcelona, nos dias 28 e 29 de maio de 2009, quando se anunciou a fusão com a IFRA.

A ANJ também organizou a visita de delegação da SIP a jornais brasileiros, de 17 a 19 de março de 2009, com o objetivo de aproximar essa tradicional entidade de imprensa das três Américas de executivos da indústria

jornalística brasileira. A representação da SIP esteve com autoridades brasileiras, quando manifestou sua preocupação com os desdobramentos da Conferência Nacional de Comunicação, contrários aos princípios da liberdade de expressão. No segundo semestre de 2009, o diretor executivo da ANJ, Ricardo Pedreira, participou de evento da SIP em Caracas, na Venezuela, em que se tratou do cerceamento à liberdade de expressão na América Latina.

No Congresso da WAN de 2009, realizado na Índia, a ANJ esteve representada pelo vice-presidente Walter de Mattos Jr. e também pelo diretor do Comitê de Relações Internacionais, Ricardo Gandour.

Ainda na linha da interação com entidades internacionais, a ANJ se fez representar nas reuniões periódicas da SIP pelo vice-presidente Júlio César Mesquita e pelo diretor do Comitê de Liberdade de Expressão, Paulo de Tarso Nogueira. A presidente Judith Brito esteve na Assembleia da SIP realizada em Buenos Aires em novembro de 2009. Durante este encontro, a ANJ, por meio de sua presidente, aderiu à "Declaração de Hamburgo", documento internacional que defende que agregadores de conteúdo (como Google News, por exemplo) não podem usar o conteúdo de empresas jornalísticas sem negociação e aprovação prévia dos detentores dos proprietários dos conteúdos. O documento contava na ocasião com 221 signatários da mídia impressa de todo o mundo, entre empresas jornalísticas e suas entidades representativas. Por tratar-se de iniciativa de grande importância para a defesa do principal patrimônio da nossa atividade – a informação jornalística de credibilidade, a ANJ solicitou aos jornais associados que subscrevessem o documento, para que o movimento ganhe força e atinja seus objetivos. Até o fechamento deste relatório, 21 jornais haviam aderido à "Declaração de Hamburgo", além da ANJ.

Por fim, o Comitê de Relações Internacionais tem estimulado a divulgação no site da ANJ e no Jornal ANJ de informações relativas à indústria jornalística em todo o mundo, tais como cursos, seminários, palestras, workshops e congressos da WAN-IFRA, SIP e NAA.

O Comitê observou duas mudanças importantes no cenário mundial: retomada da relevância da área editorial no equacionamento geral dos negócios da indústria jornalística e destaque para a experiência brasileira nessa área, com os executivos dos nossos jornais sendo instados a relatar as melhores práticas que vêm contribuindo para manter saudáveis os negócios por aqui.

12. Comitê de Responsabilidade Social

O Comitê de Responsabilidade Social promoveu oficinas regionais, em conjunto com o Instituto Ethos, com o objetivo de orientar os jornais associados a responder os Indicadores Setoriais de Responsabilidade Social.

As principais atividades do Comitê têm acontecido no âmbito do Programa Jornal e Educação (PJE), que conta com 62 programas de jornais associados.

No PJE, houve intensa participação de sua coordenadora, Cristiane Parente, no acompanhamento de diversos eventos relacionados ao tema do uso de jornais como ferramenta de educação e cidadania. Ao longo do período, houve 4 encontros nacionais de coordenadores do PJE.

A ANJ expôs ao ministro da Educação, Fernando Haddad, em almoço com a Diretoria da Associação, o projeto de uso do PIS/COFINS recolhido pelos jornais para reinvestimento nos projetos do PJE. O Ministério, contudo, não demonstrou interesse em levar adiante o projeto.

Entre 2008 e 2010 o PJE estabeleceu ainda diversas parcerias em prol da leitura e formação do leitor, realização de oficinas e publicação, tradução e distribuição de materiais editoriais aos programas brasileiros. E, pela primeira vez, passa a ter assento no Comitê Young Readers da WAN-IFRA.

13. Comitê de Tecnologia e Operações

O Comitê de Tecnologia e Operações concentrou suas atividades do período na organização do COMTEC 2009, com grande sucesso, apesar das dificuldades na captação de patrocinadores em função dos reflexos da crise econômico-financeira. O XXIV COMTEC ocorreu nos dias 16, 17 e 18 de agosto, no Rio de Janeiro, reunindo mais de 200 executivos do setor. Em paralelo, realizou-se feira de exposições de produtos e serviços na área de tecnologia e operações.

O Comitê vem reunindo informações para a criação de indicadores no setor e metas de melhorias em tecnologia e operações/logística, para que as empresas jornalísticas associadas possam usar como referência.



RELATÓRIO DE LIBERDADE DE IMPRENSA

AGOSTO DE 2008 A JULHO DE 2010

RIO DE JANEIRO, 20 DE AGOSTO DE 2010

I – COMITÊ DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

O Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ, como vem fazendo desde sua constituição, manteve-se ativo ao longo do período 2008/2010, abrangido pelo presente relatório.

Os principais fatos a registrar no período foram as decisões do Supremo Tribunal Federal de considerar a Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67) não recepcionada pela Constituição de 1988 e, pela mesma razão, declarar inaplicável a exigência de diploma de curso superior em jornalismo como condição para o exercício da profissão, prevista no Decreto-Lei nº 972/69. Ambas as decisões, ocorridas em abril e junho de 2009, respectivamente, confirmam o entendimento da ANJ a respeito dos dois assuntos e representaram grandes passos na consolidação jurídica dos preceitos constitucionais relativos à Liberdade de Expressão.

Desde abril de 1997, a ANJ mantém o Programa de Defesa da Liberdade de Imprensa, que monitora e denuncia casos contra o livre exercício do jornalismo. A manutenção deste Programa permite não apenas acompanhar o dia a dia da atividade jornalística no que se refere à vigência da Liberdade de Expressão, mas, principalmente, subsidiar a entidade para que, por intermédio do Comitê de Liberdade de Expressão, possa intervir publicamente em apoio aos jornais e jornalistas que sejam vítimas de atentados e arbitrariedades, denunciar à opinião pública os episódios do gênero e solicitar às autoridades a adoção das medidas cabíveis, conforme o caso.

1. Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas

O Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas, do qual a ANJ faz parte, criado em 2004 com o objetivo de lutar por uma legislação que garanta o direito de qualquer cidadão a ter acesso a informações produzidas

por qualquer um dos três Poderes, em todas as esferas da administração pública, obteve uma importante conquista em 2009. Em 13 de maio, o Presidente da República assinou a mensagem ao Congresso Nacional relativa ao Projeto de Lei de acesso a informações públicas. Além da assinatura da Mensagem, foi lançado o portal Memórias Reveladas –

Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) e assinados a Portaria e o Edital de chamamento para entrega de acervos particulares aos arquivos públicos. Em 12 de abril de 2010, o projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados e no momento da redação deste relatório se encontrava em fase final de tramitação no Senado Federal.

2. Eventos relativos à Liberdade de Expressão registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ

Entre 1º de agosto de 2008 e 31 de julho de 2010, ocorreram 62 eventos registrados pelo Comitê de Liberdade de Expressão da ANJ (ver síntese a seguir). Embora numerosos, esses casos foram menos graves que os registrados em anos anteriores, quanto ao grau de violência praticado contra jornais e jornalistas, uma vez que não ocorreu nenhum caso de morte em decorrência do exercício profissional. O aspecto preocupante é a quantidade de eventos gerados a partir de iniciativas do Poder Judiciário: dos 62 casos ocorridos, 24 corresponderam a decisões judiciais, sendo 10 medidas restritivas determinadas por juízes da Justiça Eleitoral, relativamente às eleições municipais de 2008, e quatro com membros do próprio Poder Judiciário entrando com ações contra matérias que os envolviam.

É motivo de especial alarme que entre tais eventos se observe um aumento de decisões judiciais proibindo jornais de publicar reportagens sobre determinados temas ou com certo tipo de conteúdo, em período eleitoral ou não. Nesses dois anos, foram registrados vinte casos, todos denunciados pelo Comitê de Liberdade de Expressão como episódios de censura, em flagrante desrespeito pelo espírito e letra da Constituição Federal.

No período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ANJ realizada em 18 de agosto de 2009 e 31 de julho de 2010 confirmou-se a preocupação manifestada pelo Comitê de Liberdade de Expressão relativamente à ampliação do poder discricionário dos magistrados, especialmente os de 1º Grau, no julgamento de ações de reparação de dano moral e de exercício do Direito de Resposta, a partir da revogação da Lei de Imprensa. Diante do vácuo legal deixado pela decisão do Supremo Tribunal Federal declarando não recepcionada a Lei nº 5.250/67, os casos de supostos delitos nela previstos passaram a ser julgados conforme o disposto no Código Civil, em diversos aspectos mais severo que a norma legal anteriormente aplicada.

Paralelamente, a falta de limites ou parâmetros explícitos para as indenizações, a inexistência de regulamentação do dispositivo constitucional sobre Direito de Resposta e a ausência de norma relativa à publicação das sentenças geraram situações absurdas como a condenação de um semanário interiorano ao pagamento de indenização a um juiz em valor superior a R\$ 593 mil, a concessão de espaços destinados à resposta substancialmente superiores aos das matérias que deram origem à causa e a determinação da publicação da íntegra de extensas sentenças, sem prejuízo das demais penas.

A ANJ sempre sustentou que os dispositivos constitucionais sobre Liberdade de Expressão não admitem ressalvas que deem cobertura à aplicação de censura prévia a pretexto de proteção de outros direitos constitucionais, coletivos ou individuais, como a proteção da honra, da privacidade ou de matéria sob segredo de justiça. Em todos os casos do gênero, o entendimento da entidade tem sido o de que o segredo se aplica às partes e não a jornais e jornalistas sempre que a informação em causa é obtida de forma legítima. Admite-se, entretanto, que nos eventuais episódios de comprovado dano moral decorrente da publicação de material jornalístico, os prejudicados recorram ao Judiciário *a posteriori* a fim de obter a devida reparação. Tal entendimento foi endossado pelo ministro Carlos Ayres Britto, relator do processo que culminou com a decisão de que a Lei de Imprensa não foi recepcionada pela Constituição. Em seu voto, o ministro afirma:

“Não há como garantir a livre manifestação do pensamento, tanto quanto o direito de expressão *lato sensu* (abrangendo, então, por efeito do *caput* do art. 220 da Constituição Federal, a criação e a informação), **senão em plenitude. Senão colocando em estado de momentânea paralisia a inviolabilidade de certas categorias de direitos subjetivos fundamentais, como, por exemplo, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra de terceiros.** Tal inviolabilidade, aqui, ainda que referida a outros bens de personalidade (o entrechoque é entre direitos de personalidade), não pode significar mais que o direito de resposta, reparação pecuniária e persecução penal, quando cabíveis; não a traduzir um direito de precedência sobre a multicitada parêntese de sobredireitos fundamentais: a manifestação do pensamento e a expressão em sentido geral. Sendo que, no plano civil, o direito à indenização será tanto mais expressivo quanto maior for o peso, o tamanho, o grau da ofensa pessoal, ou da desqualificação objetiva do fazer alheio”. [Grifado no original.]

A despeito dessa interpretação, multiplicaram-se, ao longo dos dois anos a que se refere este relatório, os casos de censura prévia de jornais por ordem judicial, sendo escandalosa a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal de proibir o jornal O Estado de S.Paulo, demais veículos do grupo que o controla ou mesmo de órgãos de comunicação social que detenham direitos de reprodução de seu conteúdo jornalístico, de publicar reportagens contendo informações resultantes da operação Faktor/Boi Barrica, da Polícia Federal, sobre supostas irregularidades praticadas pelo empresário Fernando Sarney. Inaceitavelmente, a referida medida censória permanece em vigor, transcorrido um ano de sua aplicação.

3. Conferências Legislativas sobre Liberdade de Imprensa

Nos anos de 2009 e 2010, a ANJ apoiou e participou da IV Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa e organizou a 5ª edição do evento, em parceria com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Câmara dos Deputados.

A IV Conferência foi coordenada pela Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) e realizada no auditório da TV Câmara, em Brasília, no dia 9 de junho de 2009. Seu tema foi a situação da Liberdade de Expressão no país após a revogação, em 30 de abril 2009, da Lei da Imprensa. Incluiu um painel mediado pelo jornalista William Waack com a participação dos presidentes da ANER, Roberto Muylaert; da Câmara dos Deputados, Michel Temer; do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes; e do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Ayres Britto.

O segundo painel do evento, com o tema "O dever de informar", contou com a participação dos jornalistas Eurípedes Alcântara (Veja), Fernando Rodrigues (Folha de S.Paulo), Ricardo Gandour (O Estado de S.Paulo) e Míriam Leitão (Globonews), além do deputado federal Miro Teixeira (PDT/RJ). O último debate versou sobre liberdade de escolha como fator fundamental da liberdade de expressão, e dele participou a presidente da ANJ, Judith Brito, ao lado do presidente da ABERT, Daniel Pimentel Slaviero; do presidente da Talent Propaganda, Júlio Ribeiro; do diretor-geral da Editora Globo, Frederic Kachar; e do subchefe executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Ottoni Fernandes Júnior.

A V Conferência foi coordenada pela ANJ, em 4 de maio de 2010, e teve por objetivo discutir a relação entre mídia e democracia participativa. O evento foi aberto com um pronunciamento do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, que falou sobre a importância da vigência de um Congresso forte e de uma imprensa livre. O primeiro painel, com o tema "O valor da democracia representativa na história recente do Brasil", teve a participação dos deputados José Genoíno (PT/SP) e Roberto Magalhães (DEM/PE), sendo mediado pelo jornalista Sidnei Basile, vice-presidente da

ANER e vice-presidente de Relações Institucionais do Grupo Abril. Com o tema "O papel dos meios de comunicação no aperfeiçoamento da democracia representativa brasileira", o segundo painel discutiu como a mídia e o poder público são indispensáveis à população, com intervenções de Eugênio Bucci, jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), e dos deputados Osmar Serraglio (PMDB/PR) e Paulo Delgado (PT/MG).

II – DADOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

(1º de agosto de 2008 – 31 de julho de 2010)

1. Morte (1 caso)

15 de dezembro de 2009 – O radialista José Givonaldo foi baleado com três tiros na cabeça, quando chegava ao prédio onde funciona a Bezerros FM. Ele era dono de um jornal e de uma rádio, além de empresariar bandas de forró. Em **25 de fevereiro de 2009**, José Clementino Bezerra, um dos homens investigados pela morte do radialista, se apresentou ao Ministério Público no Recife. Em **13 de março de 2010**, a delegada responsável pelo caso disse que o crime foi motivado por disputas familiares e que o assassino acusou a vítima de participar de 5 homicídios contra a família de Clementino.

2. Prisões (3 casos)

10 de novembro de 2008 – Quando registrava imagens de um acidente de trânsito para o site da Rádio Cidade, da cidade de Brusque (SC), o fotógrafo Paulo Schmidt recebeu voz de prisão do delegado, que o agarrou pelo braço e desferiu um tapa no equipamento fotográfico do profissional. A prisão foi determinada pelo Delegado Regional da Polícia Civil, Ademar Brás de Souza, que, apesar de ter conduzido o fotógrafo à delegacia, não registrou o suposto desrespeito à lei no Boletim de Ocorrência.

15 de abril de 2009 – O repórter-fotográfico Nelson Batista foi preso na cidade mineira de Betim por um agente da Polícia Civil de Minas Gerais, quando estava no prédio do Instituto de Medicina Legal (IML) da cidade. O repórter investigava denúncia recebida pelo jornal O Tempo Betim de que, no local, havia sete corpos em avançado estado de decomposição. A Polícia Civil alegou que ele cometeu crime de invasão a prédio público. O jornalista foi levado à Delegacia Seccional de Betim e depois para o 4º Distrito Policial da cidade, onde prestou depoimento e foi liberado no final da manhã. As câmeras fotográficas utilizadas por Batista e por seu colega João Lêus foram apreendidas, o que não impediu que os dois profissionais comprovassem a denúncia com as imagens tomadas.

7 de janeiro de 2010 – Os repórteres-fotográficos Marcelo Justo, da Folha de S.Paulo, e Paulo Pinto, de O Estado de S.Paulo, foram detidos por militares quando faziam fotos do presidente Lula, no Guarujá (SP). Os profissionais estavam em um barco, nas proximidades do Forte de Andradas, e foram abordados por uma lancha da Marinha. O capitão de fragata Marcelo Ruas chegou a dar voz de prisão aos jornalistas, dizendo que cumpria ordens do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência e afirmou que Lula queria "privacidade" em seu período de férias no litoral paulista. Ruas afirmou que, apesar de o barco não estar em área restrita, as autoridades podem, a qualquer momento, interceptar navegações em "atitude suspeita". Em terra, a Polícia Militar fez um Boletim de Ocorrência sobre o fato e os fotógrafos foram liberados cerca de duas horas depois.

3. Agressões (18 casos)

18 de dezembro de 2008 – Agentes de segurança da Câmara dos Deputados agrediram o repórter Sérgio Gobetti, do jornal O Estado de S.Paulo. O jornalista portava de forma visível sua credencial ao entrar no plenário da Câmara quando, sem nenhuma razão, foi interceptado de forma truculenta pelos agentes de segurança, que o agrediram e apertaram seu pescoço. Uma sindicância foi aberta por determinação do presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia.

18 de janeiro de 2009 – Jornalistas sofreram agressões e intimidações praticadas por adeptos da Igreja Renascer, logo após o desabamento do telhado da sede mundial da entidade, em São Paulo (SP). O acidente deixou nove mortos e 114 feridos, cinco dos quais em estado grave. Os repórteres foram alvo da violência e da arbitrariedade de pessoas que faziam um cordão de isolamento em torno da área do acidente.

12 de março de 2009 – Uma equipe do jornal Extra (RJ) foi vítima de agressões praticadas por homens que acompanhavam o irmão da prefeita de São Gonçalo (RJ), Aparecida Panisset. Além de agredir os profissionais, os envolvidos inutilizaram as imagens produzidas. A ANJ condenou as agressões contra a equipe do jornal.

2 de maio de 2009 – O repórter-fotográfico Pedro Dantas, de O Estado de S.Paulo, foi impedido de exercer sua atividade quando acompanhava a comitiva do Comitê Olímpico Internacional (COI) que fazia uma das etapas finais da vistoria ao Rio de Janeiro, com vistas à escolha da sede das Olimpíadas de 2016. Apesar de ter se identificado como profissional de imprensa, o repórter-fotográfico não pôde acompanhar a comitiva, foi empurrado para um banheiro, teve seu braço torcido e o rosto mantido junto ao azulejo, além de ameaçado caso o incidente fosse publicado. A ANJ condenou a truculência praticada contra o repórter-fotográfico.

23 de agosto de 2009 – Os repórteres Paula Litaiff e Arlesson Sicsú, do Diário do Amazonas, que cobriam a convenção da coligação “Unidos por Coari”, realizada no ginásio municipal da cidade amazonense de Coari, foram agredidos e ameaçados de morte por pessoas ligadas a dois ex-prefeitos da cidade, Rodrigo Alves (PP), cassado pela Justiça Eleitoral em junho daquele ano, e Adail Pinheiro, indiciado na operação Vorax da Polícia Federal, no ano passado, em pelo menos 17 crimes, entre eles o desvio de mais de R\$ 37 milhões e prostituição infanto-juvenil. Em face das agressões, insultos e ameaças, os profissionais não contaram sequer com a proteção da Guarda Metropolitana que, segundo o chefe da Casa Civil de Coari, Daniel Maciel, não poderia fazer nada contra a “vontade do povo”. Diante do fato, a ANJ manifestou seu repúdio pela violência praticada contra os jornalistas, insistindo na necessidade de que as autoridades assegurem o

direito dos profissionais de exercer livremente sua atividade e da sociedade de ser informada.

28 de setembro de 2009 – O jornalista Rafael Dias, do Diário de Pernambuco, foi agredido em represália por sua reportagem sobre as circunstâncias da morte do vereador Luiz Vidal. Dias foi procurado por dois filhos do vereador falecido nas instalações do jornal e esmurrado por um deles sem qualquer discussão ou possibilidade de reação. A ANJ considerou inadmissível que jornalistas no exercício de sua atividade de informar a opinião pública sejam alvo de atos de violência e exigiu que as autoridades, além de apurar devidamente o ocorrido, tomassem as providências cabíveis para assegurar a integridade do repórter agredido.

5 de outubro de 2009 – O jornalista Wellington Raulino, proprietário da TV Integração, de Benedito Leite (MA), foi agredido por quatro homens, quando voltava da cidade de Uruçui (PI). O jornalista sofreu um corte em sua mão esquerda e suspeita de lesões internas. Os agressores usaram pedaços de pau e portavam facas. Um deles chegou a sacar uma pistola, mas foi dissuadido de atirar. Segundo o jornalista, testemunhas reagiram contra a tentativa de homicídio.

8 de outubro de 2009 – Uma equipe do jornal O Tempo, de Belo Horizonte, foi detida e revistada por agentes da Polícia Legislativa da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O jornalista Ezequiel Fagundes e o repórter-fotográfico Charles Silva Duarte faziam uma reportagem sobre denúncia de que móveis em bom estado de conservação haviam sido abandonados e estavam se deteriorando no estacionamento da Assembleia. Ao deixar o local, foram cercados por seis agentes que exigiram o cartão de memória da máquina fotográfica. A Assembleia Legislativa divulgou comunicado lamentando o episódio e informando que, por determinação do presidente da Casa, deputado Alberto Pinto Coelho (PP), apuraria o incidente.

5 de dezembro de 2009 – Policiais militares agrediram e tomaram a câmera do repórter-fotográfico do jornal A Tarde (BA), Lúcio Távora, que cobria um protesto de cerca de 50 estudantes que tentavam fazer a prova do Enem na Faculdade Visconde Cayru. Posteriormente, ele foi conduzido à

1ª CP (Barris) sob a justificativa de que teria desacatado o soldado PM Antonio Gomes. Ao se aproximar da multidão, Távora foi advertido pelo PM Gomes para não tirar fotografias. A discussão prolongou-se por alguns minutos, até que quatro policiais militares, sob o comando do soldado PM Gomes, cercaram Lúcio, o empurraram, o imobilizaram e apreenderam a câmera. A ANJ condenou a atitude policial.

12 de fevereiro de 2010 – O jornalista Vicente Batista Júnior e outros quatro jovens distribuía panfletos com resumos de reportagens criticando o prefeito de Iguatu (CE), Agenor Neto, e um deputado estadual quando foram abordados por homens em um carro e uma moto. Eles foram levados para as margens de uma rodovia, onde sofreram espancamentos e ameaças de morte. “Fomos torturados, tiraram nossas roupas, nos ameaçaram de morte e depois urinaram sobre nós”, disse o jornalista, que escreveu sobre o caso no portal Iguatu, do qual é diretor. As vítimas apontaram como autores das agressões um sargento da Polícia Militar e três funcionários da Prefeitura. Segundo o portal Iguatu, uma semana antes, o radialista Val Lima também foi agredido na cidade.

1º de março de 2010 – O jornalista Ricardo Rodrigues, da TV Band Caxias, da cidade de mesmo nome (MA), foi agredido pelo vereador do PSB, Antônio Luís, com um soco no rosto. O vídeo foi exibido no programa Brasil Urgente, da TV Bandeirantes. A agressão ocorreu após Ricardo pedir explicações sobre os problemas de saúde ocorridos na cidade.

14 de abril de 2010 – O jornalista Handson Laércio, radialista e apresentador da TV Mearim, afiliada da Bandeirantes no Maranhão, foi baleado na manhã do dia 14 de abril quando saía de sua residência, na cidade de Bacabal. No programa Ponto Final, que comanda na rádio Mirante AM, Handson disse que um homem o abordou dentro de sua casa e atirou em sua direção. O radialista fingiu-se de morto e só conseguiu ver que o criminoso fugiu numa moto. Handson Laércio levou um tiro na mão, mas recebeu alta no mesmo dia em que o atentado ocorreu. O ataque foi considerado uma retaliação pelas denúncias feitas em seu programa.

20 de maio de 2010 – Gilvan Luiz, editor do jornal Sem Nome foi sequestrado e torturado em Juazeiro do Norte (CE) por três homens. Ele foi abandonado no interior de um veículo na localidade de Vila Três Marias. Segundo informações de colegas de Gilvan à TV Jangadeiro, o editor havia participado de uma sessão na Câmara de Vereadores de Juazeiro e ido para casa em seguida. Quando saía novamente de sua residência, foi abordado pelos três homens que o colocaram num carro Toyota. Testemunhas do sequestro anotaram a placa do veículo, com registro na cidade de Porteiras, e ligaram para a Polícia. A ANJ condenou as agressões em nota à imprensa. Segundo o revisor e redator do Sem Nome, editor do Sovaco de Cobra e colunista do site Juanorte de Brasília, Fábio Souza Tavares, em e-mail à ANJ, o poder local interfere e prejudica as investigações. Em **10 de junho de 2010**, o delegado responsável pelo caso apresentou os suspeitos do crime hediondo, dois membros da Guarda Municipal (Cícero Secundo Sampaio e Regilânio Pageo dos Santos, que prestam serviços como seguranças do prefeito de Juazeiro, Manoel Raimundo de Santana Neto), e o dono do carro usado na operação, Adnailton Alves Vieira.

21 de maio de 2010 – Os jornalistas Felipe Pereira (repórter do Diário Catarinense), Flávio Neves (repórter-fotográfico do mesmo jornal) e Rafael Faraco (RBS TV) trabalhavam na cobertura de manifestação contra o aumento das passagens de ônibus no centro de Florianópolis quando foram acusados por policiais militares de desacato à autoridade. O repórter do Diário foi algemado, colocado num camburão e levado para a Central de Polícia da capital. Felipe foi ouvido pela Polícia Civil e pela PM, que abriu inquérito para apurar a ação dos policiais. Rafael, que não foi preso, apresentou-se na Central de Polícia. Ambos assinaram um termo circunstanciado (boletim de ocorrência de menor gravidade) e foram liberados. A ANJ divulgou nota protestando contra a violência policial.

28 de junho de 2010 – A jornalista Márcia Pache, da TV Centro-Oeste, retransmissora do SBT em Pontes e Lacerda, a oeste de Cuiabá (MT), foi agredida com um tapa no rosto pelo vereador Lorival Rodrigues de Moraes (DEM), conhecido como "Kirrarinha". Segundo o portal Mídia News, a repórter tentava entrevistar o parlamentar, que prestava depoimento numa

delegacia da cidade. A equipe de reportagem registrou o momento da agressão. A repórter prestou queixa contra o vereador por agressão e injúria. Em **7 de julho de 2010**, a jornalista registrou um novo boletim de ocorrência contra o vereador acusando-o de rondar sua casa de carro e parar em frente à emissora onde trabalha.

10 de julho de 2010 – O radialista Rodrigo Santos, da Rádio Cidade, em Brusque (SC), foi agredido com socos e pontapés pelo assessor da Federação Catarinense de Futebol (FCF), Delfim Peixoto Neto. Santos perdeu a consciência e foi levado ao hospital. A agressão aconteceu depois de um jogo de futebol, quando Neto e quatro seguranças teriam invadido a cabine de transmissão. Além de assessorar a FCF, Neto é filho do presidente da instituição. O jornalista registrou um boletim de ocorrência e relatou o episódio em seu blog. Recentemente, Santos publicou em seu site um vídeo em que um dirigente da FCF dizia que Neto interferia na escala dos árbitros no estado.

19 de julho de 2010 – O Tribunal Regional Federal da 2ª Região condenou a União a pagar R\$ 50 mil por danos morais a uma repórter freelancer da Editora Abril, agredida física e verbalmente por soldados da Polícia do Exército em uma festa de réveillon no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, em 1999. As agressões ocorreram depois que a repórter fotografou atos de violência da mesma força policial contra outro repórter, que tentava registrar imagens da queda de um toldo. A União alegou que não havia prova técnica da violência e que os militares agiram “no estrito cumprimento do dever legal”. Dez anos depois, o Tribunal entendeu que as agressões foram “amplamente documentadas”. A decisão de 1º Grau havia fixado uma indenização de R\$ 100 mil, que o TRF considerou excessiva.

30 de julho de 2010 – O editor do jornal Correio de Notícias (RO), Afonso Locks, foi perseguido por dois carros e espancado em frente a uma rádio, na cidade de Cerejeiras, em Rondônia. Segundo a Folha de Rondônia, a agressão foi cometida por pessoas vinculadas ao ex-prefeito da cidade, José Eugênio Zigue de Souza. Locks havia criticado o político em sua coluna no Correio de Notícias. O jornalista fez o Boletim de Ocorrência e o exame de

corpo de delito. O delegado responsável informou que abrirá inquérito para investigar o caso.

4. Censura (20 casos)

4 de agosto de 2008 – O juiz Luiz Henrique Martins Portelinha, da 101ª Zona Eleitoral de Santa Catarina, determinou o recolhimento de todos os exemplares da edição nº 36, de 25 a 31 de julho, do semanário Impacto, de Florianópolis, e a retirada da versão eletrônica da referida edição do site do jornal. A sentença liminar foi tomada a partir de pedido da coligação partidária que apoiava a reeleição do prefeito de Florianópolis, Dário Berger, em função de matéria publicada sobre denúncias de corrupção contra ele.

5 de setembro de 2008 – A juíza eleitoral Lilian Astrid Ritter, de Cachoeira do Sul (RS), proibiu o Jornal do Povo de veicular os resultados de pesquisa sobre intenção de voto para a eleição do prefeito da cidade. A sentença liminar decorreu de representação de coligação partidária, que acusou a empresa responsável pela pesquisa de manipular seus resultados.

3 de outubro de 2008 – O juiz Luiz Henrique Martins Portelinha, da 101ª Zona Eleitoral de Santa Catarina, determinou a apreensão da edição nº 46 do jornal Impacto, de Florianópolis. Pela segunda vez, em poucos meses, o juiz determinou a apreensão do jornal, em função de matérias veiculando denúncias contra o prefeito da cidade, Dário Berger, candidato à reeleição.

7 de outubro de 2008 – O juiz Flávio Silveira Quaresma, da 28ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro, de Paraíba do Sul, mandou fechar o Entre-Rios Jornal, da cidade de Três Rios. Por determinação do juiz, policiais militares ocuparam o prédio do jornal e expulsaram todos os funcionários que lá se encontravam em função da não publicação pelo jornal de direito de resposta concedido ao prefeito Gil Leal, candidato à reeleição. Nesses casos, a legislação determina multa. A sentença impunha que o prédio do Entre-Rios Jornal ficasse lacrado por 72 horas.

14 de outubro de 2008 – O juiz Wagner Roby Gídaro, da 296ª Zona Eleitoral de São Bernardo do Campo (SP), determinou que a Folha Online retirasse do ar matéria sobre o ex-ministro da Previdência Social Luiz Marinho, candidato à prefeitura da cidade. A reportagem, produzida em 2005 e constante dos arquivos da Folha Online, incluía entrevista do ex-gerente de Recursos Humanos da Volkswagen, Klaus Joachim Gebauer, na qual fazia acusações a Luiz Marinho, na época dirigente sindical. A coligação partidária do candidato, ao pedir a censura, argumentou que ela “se referia a fato que não teve continuidade”, desmentido na época pela Volkswagen, e que foi usado pelos adversários políticos de Luiz Marinho.

24 de outubro de 2008 – O juiz Luiz Henrique Martins Portelinha, da 101ª Zona Eleitoral de Santa Catarina, impôs censura ao jornal Impacto, de Florianópolis, pela terceira vez em três meses, em função de matérias relacionadas ao prefeito Dário Berger, candidato à reeleição. Além disso, ordenou a apreensão do jornal e a retirada do ar de página na internet.

20 de março de 2009 – O juiz de Direito da 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Benedito Helder Afonso Ibiapina, proibiu o jornal O Povo de divulgar, por qualquer meio, matéria sobre processo que corria na Justiça Federal sobre o jogo do bicho no Ceará. Na liminar concedida, o jornal foi impedido de noticiar os fatos e a decisão do juiz da 11ª Vara Federal que tornou indisponíveis os bens pessoais de João Carlos Mendonça, denunciado pelo Ministério Público Federal em ação penal derivada da Operação Arca de Noé, realizada pela Polícia Federal no ano anterior. A ANJ condenou a decisão do juiz em nota à imprensa.

14 de abril de 2009 – Cumprindo liminar deferida pela juíza da 3ª Vara Cível de Belém (PA), Teresinha Moura, o blog do jornalista Jeso Carneiro foi obrigado a suprimir os arquivos referentes às denúncias do caso Sefer (deputado estadual eleito pelo DEM, acusado de pedofilia, que renunciou ao cargo na mesma semana da liminar).

15 de abril de 2009 – A 4ª Câmara Cível Isolada do Tribunal de Justiça do Estado acolheu voto da desembargadora Eliana Abufaiad, determinando que os jornais Diário do Pará, O Liberal e Amazônia não publicassem

fotos/imagens de pessoas vítimas de acidentes e/ou mortes brutais que implicassem ofensa à dignidade humana e ao respeito aos mortos. A decisão acatou agravo de instrumento, interposto pelo estado do Pará, Movimento República de Emaús (CEDECA) e Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), contra as empresas que editam aqueles jornais. O descumprimento da medida implicaria multa diária no valor de R\$ 5 mil. A ANJ condenou a decisão, caracterizada como censura prévia.

16 de julho de 2009 – O juiz João Paulo Capanema de Souza, do 24º Juizado Especial Cível do Rio de Janeiro, determinou que o colunista José Simão, da Folha de S.Paulo, se abstinhasse de fazer referências à atriz Juliana Paes, confundindo-a com a personagem Maya, da novela Caminho das Índias, da Rede Globo, sob pena de multa de R\$ 10 mil por nota veiculada nos meios de comunicação. No dia **15 de setembro**, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro cassou a antecipação de tutela concedida pelo juiz. Em **26 de maio de 2010**, a Justiça do Rio de Janeiro considerou improcedente a ação movida pela atriz Juliana Paes contra o jornal Folha de S.Paulo.

30 de julho de 2009 – O jornal A Tarde, de Salvador (BA), foi proibido pelo juiz Márcio Braga, da 31ª Vara Cível de Salvador, de publicar reportagens sobre o desembargador Rubem Peregrino Cunha, investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por suspeita de venda de sentenças. A liminar foi concedida com base no art. 54 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, que estabelece sigilo sobre sindicâncias contra magistrados. Em **23 de setembro**, a desembargadora Rosita Falcão de Almeida Maia, do Tribunal de Justiça da Bahia, suspendeu a liminar, argumentando que o art. 220 da Constituição estabelece que "nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística". Segundo a desembargadora, a falta de condenação em processos judiciais não impede a veiculação de informações sobre nenhum cidadão, "principalmente os que exercem cargos públicos".

1º de agosto de 2009 – O desembargador Dácio Vieira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), proibiu a publicação, pelo jornal O Estado de S.Paulo, demais veículos do Grupo Estado e por qualquer

veículo que assine os serviços editoriais do grupo, de reportagens contendo informações resultantes da operação Faktor/Boi Barrica, da Polícia Federal, sobre supostas irregularidades praticadas pelo empresário Fernando Sarney, sob pena de, em caso de descumprimento, incorrerem em multa de R\$ 150 mil para "cada ato de violação do presente comando judicial". A ANJ divulgou nota condenando a decisão. Em **30 de setembro**, os desembargadores da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal decidiram manter o jornal O Estado de S.Paulo sob censura. Depois de já ter tomado três decisões sobre a censura pedida pelo empresário Fernando Sarney, o Tribunal decidiu que não é o foro competente para julgar o assunto e transferiu o caso para a Justiça Federal Cível de primeira instância no Maranhão. No dia **10 de dezembro**, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 3, arquivou a reclamação em que os advogados do jornal sustentavam que a censura contrariava decisão do próprio STF ao revogar a Lei de Imprensa de 1967. Em **29 de janeiro de 2010**, o jornal recusou-se a aceitar o pedido de desistência da ação pelo empresário Fernando Sarney. Em manifestação entregue ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, O Estado de S.Paulo afirmou que preferia o julgamento final do mérito do caso. Ao pedir o julgamento do mérito do caso, o jornal se abstém de ficar a "mercê de uma precária 'desistência' sujeita aos vindouros e indevassáveis caprichos do autor (Fernando Sarney)".

25 de agosto de 2009 – A juíza da 12ª Vara Criminal de Goiânia, Maria Umbelina Zorzetti, rejeitou e mandou arquivar a queixa-crime apresentada pela Igreja Universal do Reino de Deus contra o jornalista de O Popular Vinicius Sassine, por difamação. Ele foi acusado de ter ofendido "a honra objetiva" da igreja na reportagem "Fiéis dão R\$ 100 milhões em dízimo por ano", publicada na edição de 31 de julho de 2007, sobre o pagamento de dízimos por fiéis.

29 de setembro de 2009 – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello voltou a determinar ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB/SP), que cumprisse a decisão de fornecer à Folha de S.Paulo cópia das notas fiscais que os deputados apresentaram para justificar o uso da chamada "verba indenizatória" no último trimestre de 2008. Em **19 de**

agosto de 2009, o ministro concedeu liminar a um mandado de segurança movido pela Folha diante da recusa da Câmara em permitir acesso às notas. A Câmara ainda não cumprira a medida sob o argumento de que não teve tempo hábil para fazer a triagem e tirar cópia das cerca de 70 mil notas fiscais. Paralelamente, entrou com recurso contra a liminar. Em **25 de novembro de 2009** a Câmara entregou ao STF dados sobre gastos de deputados pedidos pela Folha de S.Paulo.

17 de dezembro de 2009 – Decisão da 2ª Vara Cível de Curitiba (PR) impôs censura ao blog Prosa e Política, do jornalista da Band Fábio Pannunzio, conforme solicitação de Deise Zuqui, esposa de Alexandre Fernandes, preso no dia 7 de dezembro de 2009 por meio da Operação Anarquia, que deteve 11 pessoas sob suspeita de formação de quadrilha e prática de estelionato. Após a restrição, Pannunzio propôs a permuta aos blogueiros Adriana Vandoni e Enock Cavalcanti, impedidos de publicar opiniões sobre o deputado José Riva (MT), alvo de investigação no Ministério Público, e Alcinéa Cavalcanti, impedida de publicar informações após ação do senador José Sarney (PMDB/AP). Em **18 de janeiro de 2010**, a censura prévia ao blog do jornalista foi suspensa pela desembargadora Ângela Khury Munhoz da Rocha, segundo a qual a manutenção da medida "ensejaria lesão aos direitos constitucionais de livre manifestação do pensamento, livre expressão da atividade intelectual, livre exercício do trabalho e de acesso à informação...".

23 de dezembro de 2009 – O Diário da Região (SP) passa a enfrentar seis ações impedindo a publicação de reportagens. As ações foram movidas pelo presidente da Câmara de São José do Rio Preto, Jorge Menezes (DEM), referiam-se à contratação de motoristas na Câmara e outros assuntos envolvendo o diretor jurídico, salários e nomes de servidores da Casa. Outra ação pedia a retirada de uma paródia nas páginas do Diário na internet.

23 de fevereiro de 2010 – O juiz Alexandre Muñoz julgou improcedente a ação de indenização movida pela Igreja Universal do Reino de Deus contra a Folha de S.Paulo e a jornalista Elvira Lobato. O motivo do processo foi a matéria intitulada "Universal chega aos 30 anos com império empresarial", publicada em dezembro de 2007. Em **fevereiro de 2008**, a Igreja

incentivou os fiéis a processarem o jornal paulista. Segundo a advogada Taís Gasparián, responsável pela defesa, foram 109 ações, das quais, em 31 de julho de 2010, 89 haviam sido julgadas em primeira instância, sempre favoravelmente à Folha de S.Paulo e à jornalista.

24 de fevereiro de 2010 – O jornal Diário do Grande ABC foi proibido de publicar reportagens que relacionassem o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho (PT), ao suposto descarte de carteiras escolares em bom estado de conservação. O jornal recorreu da decisão, tomada pelo juiz Jairo Oliveira Junior, da 1ª Vara Cível de Santo André. Em nota, a ANJ criticou a iniciativa do prefeito e o despacho do juiz. Até o dia 31 de julho de 2010, o jornal continuava censurado.

18 de março de 2010 – A juíza substituta da 1ª Vara Cível de Rio Preto, Milena Repizo Rodrigues Kojo, julgou improcedente a ação de indenização por danos morais proposta pelo presidente da Câmara, Jorge Menezes (PSB), contra o Diário da Região e o jornalista Marco Aurélio Barbosa por conta da paródia veiculada no portal Diarioweb. Menezes ainda foi condenado pela Justiça ao pagamento de R\$ 2 mil a honorários advocatícios, mais custas processuais.

22 de julho de 2010 – O jornalista Itevaldo Junior foi obrigado a retirar de seu blog a matéria intitulada “Juiz Nemias Carvalho: Noutra polêmica”, que falava sobre a compra de uma fazenda pelo magistrado. A decisão da Justiça maranhense também impede que o blog faça qualquer referência ao nome do juiz, sob pena de multa diária de R\$ 500. A matéria em questão afirma, “com todas as provas documentais referentes”, que Carvalho comprou a fazenda de uma pessoa que teve prisão revogada por ele, acrescenta o jornalista. Em **26 de julho de 2010**, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, instaurou procedimento preliminar para apurar o fato de um juiz ter comprado a fazenda de 101 hectares de uma acusada numa ação criminal, em que próprio o juiz revogou a prisão da ré.

5. Atentados (5 casos)

29 de setembro de 2008 – O jornal Extra, do Rio de Janeiro, teve 30 mil exemplares da edição de 28 de agosto comprados à força, no centro de distribuição de Belfort Roxo, para evitar que chegassem aos leitores da Baixada Fluminense. O mesmo grupo armado, posteriormente, percorreu bancas de São João de Meriti, coagindo jornalheiros a vender exemplares do Extra. A edição trazia matéria demonstrando que deputados estaduais, candidatos a prefeito, faltaram às sessões da Assembleia Legislativa e inventaram mentiras para abonar suas faltas e receber indevidamente seus salários. A Justiça Eleitoral do estado classificou a compra forçada do jornal como “um golpe de natureza eleitoral”.

21 de janeiro de 2009 – Nesse dia, a Rede Anhangüera de Comunicação, editora dos jornais Correio Popular, Diário do Povo, Gazeta do Cambuí, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, com sede em Campinas (SP), sofreu atentado. Segundo a Agência Anhangüera de Notícias, três rapazes, flagrados pelo sistema de monitoramento eletrônico da empresa, quebraram uma janela com um martelo, atiraram uma granada e fugiram num carro Gol cinza, que os esperava nas proximidades. O explosivo bateu na janela, caiu na rua e não explodiu. A Polícia Militar foi acionada, assim como o esquadrão antibombas do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate), da capital, que interditaram o local. Avaliações preliminares de policiais que atenderam à ocorrência indicaram que a granada tinha alto poder de destruição e sua explosão poderia atingir pessoas e objetos num raio de 200 metros. Cerca de três horas após o atentado, quando a polícia ainda aguardava nas proximidades da RAC a chegada do esquadrão antibombas, a telefonista da empresa recebeu uma ligação com uma ameaça. “Esse é apenas o começo”, disse uma voz feminina. O preso Wanderson Lima, conhecido como Andinho, condenado por crimes de sequestro e homicídio e preso desde 2001, confessou ter ordenado o ataque por causa de uma reportagem sobre a sua vida pessoal. A ANJ divulgou nota repudiando o atentado.

18 de abril de 2009 – Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) do Pará mantiveram quatro jornalistas como reféns e os usaram como escudos

humanos no enfrentamento com seguranças da Fazenda Castanhais, em Xinguara. Além disso, os integrantes do MST atentaram contra o livre exercício do jornalismo, aterrorizando profissionais que cobriam o evento com o objetivo de informar à sociedade. Ninguém saiu ferido. A ANJ repudiou a ação.

31 de março de 2010 – O dono do jornal de Barueri “Leia o Jornal”, José Alcides de Oliveira, foi alvo de atentado. Duas bombas foram jogadas na garagem do jornal e dois carros de reportagem foram destruídos. Segundo Oliveira, ao ouvir o barulho, seu filho foi até a janela para ver o que estava acontecendo e dois homens armados estavam na porta do jornal. Com o fogo se alastrando e a chegada de vizinhos, os criminosos teriam fugido. A polícia e os bombeiros foram acionados e conseguiram controlar o fogo. Ninguém ficou ferido. Oliveira afirmou que vinha recebendo ameaças devido a matérias investigativas sobre políticos da região.

21 de julho de 2010 – O prédio da Rede Paranaense de Comunicação (RPC TV), afiliada da Rede Globo em Curitiba, foi alvo de uma bomba de fabricação caseira atirada no pátio da sede da emissora, no bairro Mercês. Ninguém se feriu. Segundo a direção da empresa, um homem encapuzado que estava em um carro Renault Twingo preto acendeu o pavio e lançou um tubo de PVC carregado com pólvora. A segurança na portaria da empresa foi reforçada depois da ameaça. No dia 23 de julho, a ANJ manifestou sua preocupação diante do atentado e pediu providências às autoridades.

6. Abusos (8 casos)

28 de agosto de 2008 – O juiz eleitoral Augusto Passamani Bufulin, da 21ª Zona Eleitoral, do município de São Mateus (ES), proibiu os meios de comunicação de divulgar matérias que associassem o candidato a prefeito Jorge Silva e seu vice Carlinhos Lyrio ao nome ou imagem do governador do estado, Paulo Hartung. O juiz argumentou que o governador não era da mesma coligação partidária dos candidatos, embora os apoiasse.

2 de fevereiro de 2009 – O jornal Comércio da Franca sofreu tentativa de intimidação por meio de instauração de inquérito com base em artigos da Lei de Imprensa cuja aplicação, então, já estava suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (arts. 21, 22 e 23). A origem da medida foi a publicação de reportagem sobre abuso de autoridade por parte de policiais. A ANJ divulgou nota contra a tentativa de intimidação do jornal.

4 de fevereiro de 2009 – Pastor e seguranças da Igreja Universal do Reino de Deus detiveram o fotógrafo Gustavo Magnusson, da Rede Anhangüera de Comunicação, e exigiram a supressão das imagens feitas por ele ao registrar a queda de parte do revestimento do templo da Igreja na Avenida João Jorge, em Campinas. A ANJ divulgou nota condenando a atitude do pastor e dos seguranças.

28 de março de 2009 – O juiz da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG), Ronaldo Santos de Oliveira, aplicou de maneira excessiva a legislação sobre Direito de Resposta contra o jornal Estado de Minas que, desde janeiro, publicava uma série de reportagens sobre irregularidades nas prestações de contas da UFMG. As denúncias tratavam de favorecimento a professores e parentes de professores ligados à reitoria em concursos públicos e projetos financiados com dinheiro público. Todas as matérias tiveram por base relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e fatos documentados. A universidade foi procurada e convidada a se manifestar, mas, na maioria das vezes, se esquivou. A publicação forçada de longos textos que não se limitavam a responder às matérias foi evitada pela obtenção, pelo jornal, de um mandado de segurança suspendendo a decisão judicial anterior. A ANJ divulgou nota criticando a interpretação dada pelo juiz à legislação.

29 de junho de 2009 – O juiz Antônio José Madalena, da 2ª Vara de Justiça da comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), condenou o jornal Debate a pagar R\$ 593.203,82 de indenização. O valor refere-se a uma ação ajuizada em 1995, depois que o jornal denunciou uma série de irregularidades praticadas pelo então prefeito Manoel Carlos (Manezinho) Pereira. Citado como beneficiário por algumas das irregularidades, o juiz movia, de acordo com o editor do jornal, Sérgio Fleury Moraes, uma perseguição implacável contra o Debate, chegando a determinar medidas

que ultrapassavam os textos legais e feriam dispositivos constitucionais relativos aos direitos humanos, como sua ordem para que o acusado fosse detido em local inapropriado como cárcere. No dia 4 de agosto de 2010, a 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo considerou a dívida prescrita.

26 de dezembro de 2009 – O integrante da comissão Fé e Política da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Marco Matheus foi alvo de intimidação por um grupo ligado ao presidente da Câmara de São José do Rio Preto, Jorge Menezes (DEM), por ter criticado tentativa de censura contra o Diário da Região. O grupo – formado por Menezes, pelo diretor jurídico da Casa Marcos Minuci, pelo assessor jurídico José Alberto Juliano, pela cerimonialista Olívia Lobo, e pelo assessor de imprensa Venâncio de Melo – notificou judicialmente Marco Matheus para pedir explicações sobre suas declarações em reportagem publicada. As declarações foram dadas por Matheus em reportagem sobre pacote de seis ações que o mesmo grupo move contra o Diário na tentativa de censurar reportagens, notas publicadas em blogs e até paródia disponível no portal Diarioweb.

29 de março de 2010 – A jornalista Juliana Albino, coordenadora de redação do *Hôtelier News*, sofreu um ato de racismo por Manoel Costa, mestre de cerimônias da Feira Internacional de Serviços de Turismo (Fistur) que ocorreu no Palácio das Convenções, no Parque Anhembi, em São Paulo. De acordo com a queixa da profissional, o cerimonialista afirmou "Cala sua boca negrinha, cala sua boca e volte pra senzala".

29 de julho de 2010 – O senador e ex-presidente do Brasil Fernando Collor de Mello (PTB/AL) ligou para a redação da sucursal de Brasília (DF) da revista *IstoÉ* e ameaçou esbofetear o jornalista Hugo Marques devido a matéria publicada na edição de 21 de julho sobre o pedido de impugnação da candidatura do político alagoano. No dia **30 de julho de 2010**, a ANJ publicou nota repudiando o ato do ex-presidente.

7. Manifestações (2 casos)

17 de junho de 2009 – Em viagem ao Cazaquistão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o denunciamento da imprensa em relação à crise do Senado e o pronunciamento feito pelo presidente da Casa, José Sarney. Para o presidente, o senador é uma pessoa séria e tem "história suficiente" para não ser tratado como "uma pessoa comum" pela imprensa. Segundo a Agência Brasil, o presidente afirmou que "o que não se pode é todo dia você arrumar uma vírgula a mais, você vai desmoralizando todo mundo, cansando todo mundo, inclusive a imprensa corre o risco. Porque a imprensa também tem que ter a certeza de que ela não pode ser desacreditada porque, na hora em que a pessoa começar a pensar 'olha, eu não acredito no Senado, não acredito na Câmara, não acredito no Poder Executivo, no STF, também não acredito na imprensa', o que vai surgir depois?", questionou.

15 de outubro de 2009 – Durante visita às obras de transposição do rio São Francisco, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou a imprensa ao falar da razão que levou a cidade do Rio de Janeiro a ser escolhida como sede das Olimpíadas de 2016. "Aqui [a imprensa], é só jogar para baixo. Vai ser azedo assim em outro lugar", disse o presidente.

8. Outros (5 casos)

17 de setembro de 2008 – O ministro da Defesa, Nelson Jobim, em depoimento à "CPI dos Grampos Telefônicos" defendeu a quebra do histórico e fundamental princípio constitucional do sigilo da fonte. Em **18 de setembro** a ANJ divulgou nota de protesto contra a proposta.

8 de junho de 2009 – A estatal Petrobras criou um blog para divulgar as perguntas enviadas à sua assessoria de imprensa pelos jornalistas antes mesmo de publicadas as matérias às quais se referem. A iniciativa quebraria a confidencialidade que deve orientar a relação entre jornalistas e suas fontes. Além da publicação prévia, a empresa procurou intimidar os

jornalistas que cobrem suas atividades ameaçando com processos judiciais no caso em que suas informações não recebessem "tratamento adequado".

18 de agosto de 2009 – A Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado anunciou a criação de uma página no portal do Senado Federal, na internet, para reunir respostas oficiais sobre as denúncias contra o presidente da Casa, José Sarney (PMDB/AP). Segundo a Secretaria, a página seria mantida pela equipe de assessoria da presidência do Senado e, além das respostas oficiais, publicaria todo o material elaborado pela comunicação social e o conteúdo sobre medidas de reformas administrativas, ofícios, notas, fotos, discursos e a agenda da presidência. De acordo com consulta feita no dia 19 de outubro de 2009, todas as 10 chamadas da página <http://www.senado.gov.br/comunica/imprensa/> diziam respeito a Sarney.

21 de julho de 2010 – A candidata do PT à presidência, Dilma Rousseff, rebateu durante entrevista ao Programa 3 a 1, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), três dos pontos mais polêmicos rubricados por ela própria e que constavam do programa de governo entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): taxaçoão de grandes fortunas, controle social da mídia e redução da jornada de trabalho para 40 horas. Na época, a candidata afirmou que não havia lido o documento. "Era pra rubricar, eu rubriquei", disse ela. Sobre o controle social da mídia, Dilma afirmou que "o melhor controle é o controle remoto na mão do cidadão", acrescentando ser "radicalmente contra a censura de conteúdo".

26 de julho de 2010 – A jornalista Vânia Costa, editora-chefe do jornal O Mato Grosso, denunciou que passou a ser perseguida depois de ter apurado uma denúncia de desvio de verbas federais na cidade de Sinop (MT). Ela registrou dois boletins de ocorrência e procurou o Ministério Público Federal.

9. Outras Decisões Judiciais (1 caso)

26 de julho de 2010 – A Justiça de São Paulo julgou improcedente ação movida pelo juiz federal Casem Mazloum contra o repórter especial da Folha de S.Paulo Frederico Vasconcelos. No processo, ajuizado este ano, Mazloum

pede indenização por danos morais por supostas ofensas presentes em duas reportagens: "Mudança de sede causou polêmica", publicada em 2003, e "Procuradoria investiga juízes suspeitos de prejudicar a União", de 2007. O magistrado acusou o jornalista de publicar "matéria falsa, fruto de pura criação mental" e notícias "distorcidas e sensacionalistas" para aumentar as vendas do livro "Juízes no Banco dos Réus", de autoria de Vasconcelos. A Justiça considerou extinta a ação sobre a primeira reportagem, pois ela não pode ser movida mais de três anos após a publicação. Sobre a segunda, o juiz Anderson Cortez Mendes considerou que não houve "abuso do dever de informar" e "não há que se falar em lesão à honra" de Mazloum.